

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO  
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO**

**CLEILSON JACOB**

**A EVOLUÇÃO DAS PENAS E A CONTRIBUIÇÃO DO AGENTE  
PENITENCIÁRIO NA EXECUÇÃO PENAL, COMO FATOR  
RESSOCIALIZADOR DO PRESO: UMA ANÁLISE FRENTE À LEI DE  
EXECUÇÃO PENAL.**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Cacoal – RO  
2016**

**CLEILSON JACOB**

**A EVOLUÇÃO DAS PENAS E A CONTRIBUIÇÃO DO AGENTE  
PENITENCIÁRIO NA EXECUÇÃO PENAL, COMO FATOR  
RESSOCIALIZADOR DO PRESO: UMA ANÁLISE FRENTE À LEI DE  
EXECUÇÃO PENAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR –  
Campus de Cacoal, como requisito parcial para a  
Conclusão do Curso de Direito, sob a orientação  
da professora M.e Ozana Rodrigues Boritza.

**Cacoal – RO**

**2016**

Jacob, Cleilson.

J15e A evolução das penas e a contribuição do agente penitenciário na execução penal, como fator ressocializador do preso: uma análise frente à Lei de execução penal/ Cleilson Jacob – Cacoal/RO: UNIR, 2015.  
68 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientadora: Profa. Ma. Osana Rodrigues Boritza.

1. Direito penal. 2. Ressocialização. 3. Pena. 4. Transtorno Execução penal - Lei. I. Boritza, Osana Rodrigues. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 343

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO**

O projeto intitulado **A Evolução das Penas e a Contribuição do Agente Penitenciário na Execução Penal, Como Fator Ressocializador do Preso: Uma Análise Frente à Lei de Execução Penal**, elaborado pelo acadêmico Cleilson Jacob, foi avaliado pela banca examinadora em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016, tendo sido \_\_\_\_\_. Sob orientação da professora M.e Ozana Rodrigues Boritza.

Professor M.e Silvério dos Santos Oliveira  
Chefe de Departamento curso de Direito

Professora M.e Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian  
Professor da Disciplina

Professor M.e Ozana Rodrigues Boritza  
Orientadora da Pesquisa

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela saúde e ânimo a mim concedidos nos momentos de fraqueza, e também a meus Pais, que em toda minha vida acadêmica me incentivaram a continuar, por muitas vezes se sacrificando para que pudesse alcançar meus objetivos, agradeço também minha esposa Isameire de Aquino Ferreira que muito me ajudou, pois a vida de quem se dedica a difícil tarefa de trilhar o caminho jurídico, por vezes é muito árdua e sacrificante, exigindo de quem nos acompanha compreensão e paciência, coisas que ela nunca me deixou faltar.

Agradeço também a todos que me auxiliaram neste projeto, que se finda após cinco longos anos, de forma especial a todos os Professores e aos servidores deste *campus*, que sempre solicitamente me atenderam.

Por fim, mas não menos importante quero agradecer a todos os amigos que fiz durante o curso, em especial a Douglas Quirino Bayer, Liliana W. A. dos santos, e Neander Alves do Couto, pois em momentos de desânimo me incentivaram a continuar e concluir o que um dia era um sonho e hoje se torna realidade.

*Mais uma polegada, e o crime seria uma espécie de contrato por adesão: o delinquente aceita a 'obrigação de sofrer a pena' para ter o 'direito' à ação criminosa.*

Nelson Hungria

## **RESUMO**

As punições surgem conjuntamente com a própria vida em sociedade, vez que este passa a conviver em bandos, clãs, necessita de meios para proteger aos seus. Desta forma surgem as punições coletivas e com o tempo, passa-se a individualizá-las. Nesse interstício temporal surge a figura de quem é responsável pela guarda do punido, ou seja, a figura do antigo carcereiro, hoje com a evolução das penas, e alteração substancial de suas funções, passa a ser chamado Agente Penitenciário/Guarda Prisional, ficando desta forma responsável pela execução da pena no tocante a administração pública, visto que existe também atribuição ao Poder judiciário nesta. Desta forma a presente monografia pretende apresentar a evolução das penas e a participação do Agente Penitenciário no processo de ressocialização do indivíduo preso, frente a Lei de Execução Penal.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pena, Ressocialização, Agente Penitenciário, Lei de Execução Penal.

## **ABSTRACT**

The punishments come jointly with his life as a society of human beings, since while in this move to live in groups, clans, requires means to protect his own. Thus arise collective and eventually punishment, is going to distinguish them. This time interstitial is emerging a picture of who is responsible for the safekeeping of the punished, that is, the figure of the old jailer, today with the evolution of feathers, and substantial change of its functions, is going to draw Prison Guard, Prison Guard, getting in this way responsible for the execution of the sentence in regard to public administration, since there is also granting the judiciary in this. Thus this monograph aims to present the evolution of feathers and the participation of the Penitentiary Agent in rehabilitation process of the individual arrested in front of the Prison Law.

**KEYWORDS:** Pity, resocialization, Prison Guard, the Prison Law.



## **LISTA DE ABREVIações**

CF: Constituição Federal

CNPP: Conselho Nacional De Política Criminal e Penitenciária

CP: Código Penal

CPI: Comissão Parlamentar De Inquérito

DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional

INFOPEN: sistema Integrado De Informações Penitenciárias

LC: Lei Complementar

LEP: Lei De Execução Penal

MJ: Ministério Da Justiça

RO: Rondônia

SEJUS: secretaria de Estado de Justiça

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1</b>	<b>HISTÓRICO DAS PENAS NO MUNDO .....</b>	<b>12</b>
1.1	A PENA COMO SOFRIMENTO.....	13
1.1.1	Vingança Privada.....	13
1.1.2	Vingança Divina.....	14
1.1.3	Vingança Pública .....	15
1.2	A PENA COMO PUNIÇÃO AO MAU INJUSTO.....	16
1.3	A PENA COMO PREVENÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO.....	17
<b>2</b>	<b>EVOLUÇÃO DAS PENAS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>20</b>
2.1	A PENA NO BRASIL COLÔNIA .....	20
2.2	A PENA NO BRASIL IMPÉRIO .....	22
2.3	A PENA DA REPÚBLICA ATÉ A ATUALIDADE .....	23
2.3.1	Penas Vedadas Pela Atual Ordem Constitucional.....	26
<b>3</b>	<b>DA PRISÃO AOS SISTEMAS PRISIONAIS .....</b>	<b>27</b>
3.1	SISTEMA DE FILADÉLFIA OU PENSILVÂNICO .....	28
3.2	SISTEMA DE AUBURN OU AUBURNIANO.....	29
3.3	SISTEMA PROGRESSIVO .....	31
3.3.1	Sistema Progressivo Inglês .....	31
3.3.2	Sistema Progressivo Irlandês .....	32
3.3.3	Sistema Progressivo De Montesinos .....	34
3.4	SISTEMA PROGRESSIVO BRASILEIRO .....	34
3.5	SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....	43
3.5.1	Sistema Penitenciário Federal.....	44

3.5.2	Sistema Penitenciário dos Estados .....	45
3.5.3	Sistema Penitenciário de Rondônia.....	48
3.6	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL .....	49
<b>4</b>	<b>O AGENTE PENITENCIÁRIO .....</b>	<b>52</b>
4.1	ATIVIDADES PRÁTICAS OU ROTINEIRAS .....	53
4.2	ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA OU INVESTIGAÇÃO.....	56
4.3	ATIVIDADES HUMANAS OU SOCIAIS.....	57
4.4	DIFICULDADES NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO .....	58
4.5	CONDIÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL ...	60
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>63</b>
	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

Com o surgimento do convívio do ser humano em sociedade, iniciou-se um processo de punição aos infratores de condições pré-estabelecidas ao convívio naquele determinado grupo, podendo ser esta efetuada de diversas maneiras desde a perda da paz até a morte, sendo sempre aplicada pelo grupo e alcançando muitas vezes indivíduos próximos ao infrator.

Esse período de punições bárbaras subdivide-se em três principais épocas, a primeira da vingança privada, a segunda a da vingança divina, e por derradeira a vingança pública, nesses períodos o que se impunha era o desejo de vingança de um contra o outro diretamente, ou muitas vezes de grupos inteiros contra outros.

Visando impedir extirpação de grupos, clãs inteiros, surgem as primeiras legislações versando sobre a aplicação das penas, como a do código de Hamurabi, o Pentateuco Hebreu, e o código indiano de Manu.

Após este período, iniciou-se o iluminista, no qual o marquês de Beccaria tornou-se um dos principais expoentes da legislação penal, buscando-se desta forma a humanização das penas.

Desta forma, com a evolução do direito, não mais se admitia a imposição da vontade de um contra o outro, assim pensa-se na pena como uma retribuição justa a um mau injusto praticado pelo infrator, tendo assim como base a teoria absolutista.

Em contraposição a idéia da corrente absolutista surge a teoria relativa das penas, na qual busca-se a uma pena com caráter de prevenção e ressocialização. Desta forma surge a prevenção geral positiva e a negativa. Tem-se ainda a prevenção especial, também subdividida em negativa e positiva.

No direito penal brasileiro houve várias legislações regulando as punições dos infratores, desde as três ordenações, a afonsina, a manuelina e a filipina, até o moderno código criminal do império, o código penal da republica as consolidações das leis penais, e por fim o atual código penal vigente no país, que está em consonância com a atual nova ordem constitucional, que vedou aplicação de várias penas.

Analisa-se também, o surgimento dos primeiros sistemas prisionais da sociedade, tais como o sistema de Filadélfia, o Auburniano, e o progressista, o qual foi adotado com algumas modificações em nossa atual lei de execuções penais.

Visa-se dessa forma uma maior compreensão do sistema penitenciário brasileiro com o estudo das competências e tipos de estabelecimentos existentes no sistema penitenciário pátrio, quantidade de apenados presos, e condições do cumprimento da pena.

Como em todo ordenamento a Execução Penal adota uma série de princípios assim expostos: princípio da intranscendência da pena, princípio da legalidade, princípio da inderrogabilidade, princípio da proporcionalidade, princípio da individualização da pena, princípio da humanidade e o princípio da Jurisdicionalidade.

Posto isso, averigua-se a função do Agente Penitenciário frente à ressocialização do indivíduo preso, numa perspectiva da Lei 7210/84 – Lei de Execução Penal, e a legislação estadual que regulamenta as atribuições e competências desses servidores.

Quais as bases da ressocialização no ordenamento jurídico pátrio, quais as atividades desenvolvidas por esses servidores, e as dificuldades enfrentadas neste processo.

Em relação à forma como foi conduzida a pesquisa resta confirmar que, o presente trabalho teve como base a pesquisa bibliográfica, e como método de pesquisa valeu-se do Dedutivo, pois parte-se de premissas gerais para as específicas, e como método de abordagem utilizou-se a Zetética jurídica, ante a necessidade de analisar diversos aspectos essenciais, como (jurídicos, sociais, históricos, econômicos e políticos), tendo-se por fim buscar questionamentos e reflexões, sobre o tema.

## 1 HISTÓRICO DAS PENAS NO MUNDO

Nas primeiras civilizações, não existia um Estado capaz de impor uma segurança a todos os indivíduos envolvidos nas relações daquela sociedade, para impedir a prática de arbitrariedades do mais forte contra o mais fraco, não só inexistia a figura do Estado como também inexistiam leis para regular eventuais conflitos.

Desta forma, caso houvesse interesses múltiplos sobre determinado objeto, o que ocorria de fato era a imposição de uma vontade sobre a outra, independentemente do modo como ocorresse, poderia ser por força física, astúcia, engenhosidade, enfim, o vencedor tomava para si o objeto em disputa.

Logo, quando algum indivíduo cometia um fato considerado como criminoso, contra ele era aplicada uma sanção pela própria sociedade, sob o regime da autotutela, que é a imposição de vontade de uma das partes envolvidas no conflito sobre a outra, corroborando com o exposto Cintra, Grinover e Dinamarco (2013, p. 29) “atribuem dois traços específicos da autotutela que são: a) ausência de juiz distinto das partes; b) imposição da decisão por uma das partes a outra”.

Desta forma fica claro que em períodos remotos da humanidade, chamada de idade antiga, inexistia regulamentação jurídica para solução de conflitos em geral, mas ainda assim eram aplicadas punições aos infratores das condutas tidas como corretas.

Com o desenvolvimento das civilizações, surgiram algumas legislações com o intuito de regulamentar os eventuais conflitos entre os indivíduos que integravam a sociedade, como exemplo pode-se citar a lei do *talião*, que regulamentava as penas impostas a eventuais infratores.

Após um período de certo comodismo com a lei do *talião*, por necessidades da própria sociedade surgiu a composição, visando evitar deformações dos integrantes da sociedade, porém, mesmo após estas evoluções as penas ainda eram cruéis e desumanas, e infligidas contra o corpo do infrator, e perduraram até o final do século XVIII.

Após o advento do iluminismo, houve imensa mudança na forma de aplicação do direito penal e cominação das penas, passando-se a valorizar a vida e mudando-se o pensamento sobre elas, o principal pensador desse período foi o Marquês de Beccaria, Cesare Bonesana, que inovou com sua obra “Dos Delitos e das Penas”

(BECCARIA, 2012, p. 08). Assim abordaremos nos seguintes tópicos, quais as fases das penas e como elas eram aplicadas.

## 1.1 A PENA COMO SOFRIMENTO

Durante um vasto período da história da humanidade as soluções dos conflitos ocorriam de modo arbitrário e imperioso de um indivíduo contra o outro, principalmente na área penal.

Esse lapso de punição arbitrária de um contra o outro, ficou conhecido como período da vingança penal, e está dividido em fases conforme leciona Mirabete (2004, p. 35):

Várias foram as fases de evolução da vingança penal, etapas essas que não se sucederam sistematicamente, com épocas de transição e adoção de princípios diversos, normalmente envolvidos em sentido religioso. Para facilitar a exposição, pode-se aceitar a divisão estabelecida por E. Noronha, que distingue as fases de vingança privada, vingança divina e vingança pública.

Do exposto percebe-se que esta evolução não foi algo que progrediu sistematicamente, mas sim houve um adequamento, um desenvolvimento para atender as necessidades de seu tempo.

### 1.1.1 Vingança Privada

A fase da vingança privada se inicia nos primórdios da humanidade, onde o convívio social do homem acontecia em pequenos grupos, e seu nível organizacional era pouco desenvolvido.

Porém, já existiam regras de condutas mínimas em seu meio. E estas eram para proteção própria, ou dos componentes do grupo, mas sem nenhuma intervenção de algum responsável daquele agrupamento, ou alguma valoração da conduta que estava sendo punida, sendo assim uma defesa privada.

Nesse sentido tem-se nas palavras de Masson (2009, p. 45) “Era uma vingança entre grupos, eis que encaravam a infração como uma ofensa não relacionada diretamente à vítima, mas, sobretudo ao grupo que pertencia”.

Nesse contexto ocorriam normalmente duas formas de punição a primeira é a expulsão da paz e a segunda a vingança de sangue, ambas explicadas na obra de Mirabete (2004, p. 36):

Se o transgressor fosse membro da tribo, podia ser punido com a “expulsão da paz” (banimento), que o deixava a mercê de outros grupos, que lhe infligiam, invariavelmente, a morte. Caso a violação fosse praticada por elemento estranho à tribo, a reação era a “vingança de sangue”, considerada como obrigação religiosa e sagrada, “verdadeira guerra movida pelo grupo ofendido àquele a que pertencia o ofensor, culminando, não raro, com a eliminação completa de um dos grupos”.

Assim inexistia relação de proporcionalidade entre a ofensa feita e a pena infringida ao agressor, tamanha era a desproporção, que a punição passava da pessoa do infrator atingindo pessoas próximas a ela, às vezes até um grupo inteiro sofria as consequências.

Visando acabar com tais conflitos e evitar o extermínio de famílias ou grupos, começaram a surgir algumas legislações, buscando limitar o castigo imposto ao transgressor. Como exemplos têm-se a Lei do *Talião*, no qual se limitava a pena, e esta não era mais arbitrária e desproporcional.

Explicando como eram as penas na lei do Talião tem-se os ensinamentos de Noronha (1995, p. 21):

Tal pena aparece nas leis mais antigas, como o código de Hamurabi, rei da Babilônia, século XXIII A.C., gravados em caracteres cuneiformes e encontrados nas ruínas de Susa. Por ele, se alguém tira um olho a outrem, perderá também um olho; se um osso, se lhe quebrará igualmente um osso etc.

Outras obras a adotarem a lei do talião são segundo Noronha (1995, p. 21) “o Pentateuco, o de Manu e outros, podendo dizer-se que permanece até hoje entre os povos, sob a forma de indenização, multa, dote, etc.”.

Após a evolução da lei do talião, aparece a composição, largamente aceita na época, que tinha por preceito a compra do perdão, e segundo Mirabete (2004, p. 36) “(...) sistema pelo qual o ofensor se livrava do castigo com a compra de sua liberdade (pagamento em moeda, gado, armas etc.)”. Sendo desta forma predecessora da reparação do dano civil e das penas pecuniárias hoje praticadas.

### 1.1.2 Vingança Divina

Nessa fase da vingança privada, prevalecem no direito de punir, conhecimentos, crenças no poder do além, do desconhecido, ou seja, “temor religioso ou mágico, sobretudo em relação com o culto dos antepassados,



cumpridores das normas, e com certas instituições de fundo mágico ou religioso”. (BRUNO *apud* MASSON, 2009, p. 44)

Ainda segundo Masson (2009, p. 44) “essa visão mágica e contraditória do homem e do mundo era nutrida pelos *totens* e *tabus*, os quais marcavam presença nas diversas modalidades da pena, com nítido e singular caráter expiatório”.

Os *totens* poderiam ser animais, vegetais ou algum outro objeto considerado símbolo de proteção do grupo, assim, sendo objeto de tabus e obrigações dos indivíduos. O *tabu* era a proibição de ir a determinado local, se alimentar de certos alimentos. Sua violação acarretava ao culpado ou ao seu grupo o castigo divino.

Esse castigo deve ser exemplar visando à satisfação do deus ofendido, nesse sentido leciona Noronha (1995, p. 21) “o princípio que domina a repressão é a satisfação de divindade, ofendida pelo crime. Pune-se com rigor, antes com notória crueldade, pois o castigo deve estar em relação com a grandeza do deus ofendido”.

Essas penas são precipuamente corporais e aplicadas pelos sacerdotes, segundo Noronha (1995, p. 21):

É o direito penal religioso, teocrático e sacerdotal. Um dos principais códigos é o da Índia, de Manu (mânava, dharma, sastra). Tinha por escopo a purificação da alma do criminoso, através do castigo, para que pudesse alcançar a bem aventurança.

Ademais neste período da vingança privada ficava evidenciado de forma clara que a punição decorria do insulto ao sagrado, e por causa disto, punia-se o corpo do infrator, visando com isso o perdão do crime, e devendo assim ser aplicada pelo representante do deus ofendido, como acima exemplificado.

### 1.1.3 Vingança Pública

Período no qual no qual houve o surgimento da figura do Estado como detentor do *jus puniend*, ou seja, o Estado avoca para si a responsabilidade de dirimir eventuais conflitos, e delega aos seus representantes a autoridade de punir.

E nesse sentido leciona Masson (2009, p. 46) “Com a evolução política da sociedade e melhor organização comunitária, o Estado avocou o poder-dever de manter a ordem e a segurança social, conferindo a seus agentes a autoridade para punir em nome de seus súditos”.

Cabia a uma terceira pessoa, no caso o Estado – representante da coletividade e em tese sem interesse no conflito existente -, decidir impessoalmente

a questão posta a sua análise, ainda que de maneira arbitrária (MASSON, 2009, p. 47).

Desta forma a pena assume nítido caráter público. Os ofendidos não mais necessitam recorrer as suas próprias forças, havendo assim a figura do estado na resolução do conflito.

Porém a finalidade era atender/garantir a segurança do soberano ou príncipe, através de penas severas e cruéis, visando à intimidação, e nesse sentido Noronha (1995, p. 24):

Não obstante, inda não se saíra da fase da vingança pública. A preocupação era a defesa do soberano e dos favorecidos. Predominava o arbítrio judicial, a desigualdade de classes perante a punição, a desumanidade das penas (a de morte profusamente distribuída, com entre nós vemos nas ordenações do livro V, e dada por meios cruéis, tais qual a fogueira, a roda, o arrastamento, o esquartejamento, a estrangulação, o sepultamento em vida etc.), o sigilo dos processos, os meios inquisitoriais, tudo isso aliado a leis imprecisas, lacunosas e imperfeitas, favorecendo o absolutismo monárquico e postergando os direitos da criatura humana.

Fator importante que deve ser considerado é o fato de que embora seja uma justiça pública, na qual o Estado era o detentor do direito-dever de punir, não havia praticamente nenhuma possibilidade de defesa do acusado, ou mesmo do devido processo legal. Fato este que foi lentamente modificado com a evolução das penas.

## 1.2 A PENA COMO PUNIÇÃO AO MAU INJUSTO

Com o passar do tempo e a evolução da própria sociedade, não mais se admitia um Direito Penal, no qual prevalecia a vontade de um contra o outro, ou onde o Estado se impunha de maneira arbitrária e ilimitada frente a seus cidadãos. Momento este em que se buscava modificar a maneira de punir e a legitimidade das penas.

Segundo Mirabete (2004, p. 38) “é nesse momento que o homem moderno toma consciência crítica do problema penal como problema filosófico e jurídico”.

Desta necessidade surge a teoria absolutista, que segundo Noronha (1995, p. 28):

Baseiam se numa exigência de justiça: pune se porque se cometeu crime (*punitur quia peccatum est*). Grande vulto dessa corrente foi Kant. Para ele, a pena é um imperativo categórico. Exigem na a razão e a justiça. É simples consequência do delito, explicando se plenamente pela retribuição jurídica. Ao mal do crime, o mal da pena, imperante entre eles a igualdade. Só o que é igual é justo.

No mesmo sentido os ensinamentos de Roxin (*apud*, Greco, 2007, p. 489):

A teoria da retribuição não encontra o sentido da pena na perspectiva de algum fim socialmente útil, senão em que mediante a imposição de um mal merecidamente se retribui equilibra e expia a culpabilidade do autor pelo fato cometido. Fala-se aqui de uma teoria 'absoluta' porque para ela o fim da pena é independente, 'desvinculado' de seu feito social. A concepção da pena como retribuição compensatória realmente já é conhecida desde a antiguidade e permanece viva na consciência dos profanos com certa naturalidade: a pena deve ser justa e isso pressupõe que se corresponda em sua duração e intensidade com gravidade do delito, que o compense.

Ante o exposto, infere-se que nesta lógica jurídica, a pena é uma retribuição justa a um mau injusto praticado pelo agressor e segundo Masson (2009, p. 60) "A sanção penal era na verdade, um castigo necessário para o restabelecimento do direito e da justiça".

Em decorrência do ideal iluminista, prevaleceu a tendência de eliminar as penas corporais e os suplícios. Além disso, outra contribuição dessa escola refere-se à passagem do caráter de vingança real ou religiosa da pena para aquela tida como uma resposta da própria sociedade, a fim de manter sua própria segurança (MASSON, 2009, P. 60).

No decorrer da evolução social do Homem, inúmeros posicionamentos foram adotados em relação à forma como punir o infrator, buscando uma maneira de satisfazer a própria vontade de quem houvesse sido prejudicado, e procurou-se evidenciar de forma objetiva e clara quais esses momentos e fases da evolução dessas punições.

### 1.3 A PENA COMO PREVENÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO

Este posicionamento em relação à pena advém da teoria relativa da pena, e está fundamentada no caráter de prevenção e ressocialização, visando assim impedir que o cidadão pratique o delito, ou praticando-o, não venha a reincidir após o cumprimento da mesma, garantindo desta forma a segurança social.

Desta forma leciona Noronha (1995, p. 29):

Bentham considera a pena um mal para o individuo, que a sofre, e para a coletividade, que lhe suporta o ônus. Justifica-se, entretanto, por sua *utilidade*. O fim principal é a *prevenção geral*. Deve ela, ao ser aplicada, advertir ao delinquente em potencial que não pratique o delito.

Importante salientar que a teoria relativa é embasada pelo critério da prevenção, que se subdivide em prevenção geral e prevenção especial.

A prevenção geral encontra assento na idéia de generalidade, na figura da intimidação do indivíduo, para que todos os envolvidos no convívio social tenham conhecimento da ordem jurídica. Logo caso algum cidadão infrinja uma norma jurídica, sofrerá como consequência a cominação de uma pena.

Oportuna é a lição de Prado (2005) que diz que, a justificação da concepção preventiva se encontra na inibição de condutas delituosas nos cidadão em geral, que deixam assim de cometer atos ilícitos pelo fato de temerem a sanção penal. Em síntese, a prevenção geral tem como alvo todos os cidadãos, visando com isso no futuro evitar a praticar de delitos.

Segundo a análise da prevenção geral, Greco (2005) a subdivide em negativa e positiva. A prevenção geral negativa alcança seu objetivo como já mencionado, através da intimidação, pois o indivíduo vendo um de seus semelhantes sofrendo as consequências por ter infringido alguma norma criminal, reflita sobre isto e então não venha também a praticar a mesma conduta.

Nesse sentido segundo Greco (2005, p. 490):

Existe a esperança que os cidadãos com inclinações para a pratica de crimes possam ser persuadidos, através da resposta sancionatória à violação do direito alheio, previamente anunciada, a comportarem-se em conformidade com o direito; esperança enfim de que o direito penal ofereça sua contribuição para o aprimoramento da sociedade.

Já a prevenção geral positiva segundo Greco (2005, p. 490):

A pena presta-se não à prevenção negativa dos delitos, desmovendo aquele que já tinha incorrido na prática de delito; seu propósito vai, além disso: infundir, na consciência geral, a necessidade de respeito a determinados valores, exercitando a fidelidade ao direito; promovendo em ultima análise, a integração social.

Analizada a prevenção geral, cabe agora estudar a teoria da prevenção especial, a qual é destinada especificamente ao indivíduo que já infringiu a norma penal e novamente nos agarrando aos ensinamentos de Greco (2005) que também a subdivide em negativa e positiva.

A prevenção especial negativa busca uma neutralização momentânea do indivíduo que infringiu a norma penal, isto ocorre com sua retirada do convívio social através da prisão, visando com isso, impedir que o mesmo pratique novas infrações

penais, oportuno salientar que a neutralização do indivíduo somente ocorre com sua retirada do convívio social, com a pena restritiva de liberdade, (GRECO, 2005).

A prevenção especial positiva está imbuída do verdadeiro caráter ressocializador da pena, pois segundo Roxin (*apud* Greco, 2005, p. 491) “a missão da pena consiste unicamente em fazer com que o autor desista de cometer futuros delitos”. E segundo Bitencourt (2004 p. 81) “a prevenção especial não busca a intimidação do grupo social nem a retribuição do fato praticado, visando apenas àquele indivíduo que já delinuiu para fazer com que não volte a transgredir as normas jurídico-penais”.

Desta forma buscou-se nesta nova visão da pena, não apenas lhe atribuir caráter punitivo, mas também inserir em seu conteúdo um caráter educativo/reformador, visando assim conseguir a diminuição da reincidência e diminuir as taxa de aprisionamento.

## 2 EVOLUÇÃO DAS PENAS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

No decorrer do desenvolvimento da sociedade brasileira desde o seu descobrimento até a atualidade, imperaram no sistema jurídico pátrio, diversos tipos de punições, desde a barbárie da vingança privada, no período pré-colonização até a moderna sanção penal adota nos tempos hodiernos. Então no decorrer deste capítulo, busca-se estudar cada uma delas.

Desta forma pode-se iniciar o tema com as explicações de Bitencourt (2008) que diz ser possível dividir a história do direito penal brasileiro em três principais fases: o período colonial, o período imperial e o período republicano.

Assim a buscar-se-á nos próximos tópicos deste capítulo demonstrar as modificações das penas no ordenamento jurídico pátrio, quais as funções sociais que se galgava atender, buscando demonstrar as diferentes formas de punições existentes desde o império até o moderno Estado Democrático de Direito.

### 2.1 A PENA NO BRASIL COLÔNIA

Anteriormente aos portugueses desembarcarem em território brasileiro, aqui já existiam civilizações indígenas e possuíam suas próprias regras de convívio e punições aos infratores, nesse sentido leciona Gonzaga (*apud* Estefam, 2010, p. 56):

O índio brasileiro era pouco misericordioso e extremamente vingativo, para o aborígene, a retaliação mostrava-se sempre obrigatória, de cunho sagrado e não se vislumbra atenção quanto à culpabilidade, passando a pena da pessoa do infrator aos demais a ele ligados, seja por afinidade ou por parentesco.

Destarte isto, Gonzaga (*apud* Bitencourt, 2010) complementa seu estudo afirmando que os silvícolas não desconheciam por completo a lei do Talião, aplicando mesmo que de modo empírico a expulsão da tribo e a composição. Gonzaga (*apud* Bitencourt, 2010) diz que devido ao primitivismo dos nossos silvícolas, não se pode falar em verdadeira organização jurídico-social, mas sim em regras consuetudinárias, comuns ao mínimo convívio social, sendo orais e dominadas pelo misticismo.

Com o descobrimento do Brasil pelos portugueses, iniciou-se o direito penal e as penas jurídico-sociais portuguesas na América (ROMERO, 1997). “Ocorrido o descobrimento passou a vigorar no Brasil o direito Lusitano” (BITENCOURT, 2010,

p. 45).

Enquanto colônia portuguesa o Brasil teve como legislação penal, as ordenações Afonsinas, que vigoraram de 1446 até 1521, sendo considerada a primeira legislação europeia completa, sendo revogadas pelas ordenações Manuelinas, que era muito semelhante à legislação antecessora. A justiça penal era aplicada arbitrariamente pelos titulares das capitanias hereditárias. Nesse sentido Prado e Bitencourt (1992, p. 40) “o arbítrio dos donatários, na prática, é que estatua o direito a ser aplicado, e, como cada um tinha um critério próprio, era catastrófico o regime jurídico do Brasil colônia.”.

Após a revogação das ordenações Manuelinas, tiveram advento no Brasil as ordenações Filipinas, cujas penas tinham caráter de intimidação e eram em sua maioria cruéis e desumanas.”.

Segundo Estefam (2010, p. 58): “1) buscava promover a intimidação pelos terror. A punição mais frequente era a morte. O legislador finalizava a descrição da maioria dos comportamentos incriminados com a expressão *morra por ellos*, morra por isso”(sic).

Explicando quais e como eram aplicadas as principais penas das ordenações Filipinas tem-se Mendes (*apud* Estefam, 2010, p. 58):

Havia quatro espécies de pena capital, como relata Cândido Mendes: *morte natural cruelmente* (“com todo o cortejo das antigas execuções, o que dependia da ferocidade do executor, e capricho dos Juizes, que neste ou em outros casos tinham arbítrio”); *morte natural de fogo* (“a queima do réu vivo, mas por costume e prática antiga primeiramente se dava garrote aos réus, antes de serem lançados às chamas”); *morte natural* (“expiava o crime sendo enforcado no Pelourinho, seu cadáver era levado pela confraria da misericórdia, e no cemitério enterrado”); *morte natural para sempre* (“o padecente ia a forca da cidade, onde morria e ficava pendente até cair podre sobre o solo do patíbulo, insepulto, despindo-se seus ossos da carne, que os vestia: ali se conservaram até a tarde do primeiro de Novembro, e conduzidos pela confraria da misericórdia em suas tumbas, para a igreja, e no dia seguinte os soterravam”)

Assim podem-se citar algumas observações extraídas dos ensinamentos de Estefam (2010) o crime era confundido com moral e pecado, as penas em sua maioria eram cruéis e precedidas de tortura, açoites, mutilações, algumas penas eram impostas com total arbítrio dos juizes, havia desigualdade entre o tratamento dos delinquentes inexistia uma parte geral, não havia separação entre normas penais e processuais penais, desta forma percebe-se que a punição era semelhante à vingança pública.

Destarte, pode-se resumir de maneira correta e concisa as penas aplicadas durante a vigência das temíveis ordenações da seguinte maneira: Pena de morte que era subdividida em: morte natural cruelmente, morte natural, morte natural de fogo e morte natural para sempre, além de Açoites, Degredo, galés temporário ou perpétuo, mutilações com crueldade, queimaduras tenazes com brasa, confisco e a multa.

## 2.2 A PENA NO BRASIL IMPÉRIO

Antes de iniciar-se o estudo das penas no Brasil Império, é salutar fazer uma breve análise dos aspectos políticos que motivaram as mudanças no paradigma das penas no Brasil.

Com a proclamação da independência, houve a necessidade de se instituir um novo ordenamento jurídico, e isto foi feito com a outorgação da 1ª Constituição de país em 25 de março de 1824.

Dispunha a constituição de 1824 em seu artigo 179, XIX e XX, a seguinte redação:

XIX - desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis.

XX - nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infamia do Réo se transmitirá aos parentes em qualquer gráo, que seja (sic, BRASIL, 1824)".

Após o advento da nova ordem constitucional, surgiram conflitos entre esta e a legislação já existente, sendo necessária, a implantação de um novo ordenamento jurídico para o direito penal e suas penas.

Deste fato e para a adequação ao novo contexto constitucional surge o código Criminal do império que foi promulgado em 16 de dezembro de 1830, e que segundo Estefam (2010, p. 63):

O código Criminal do Império (...) compunha-se de quatro "partes": I) Dos crimes e das penas; II) Dos crimes Públicos, III) Dos Crimes Particulares; IV) Dos Crimes Policiais. A parte I fazia às vezes de Parte Geral. As Partes II e III correspondiam à parte especial do código. A Parte IV defendia as contravenções Penais.

Com a nova legislação penal (1830), houve uma significativa humanização das penas, sendo estas mais piedosas, com maior amplitude de divisões, ou seja, aumentou-se significativamente o número de sanções aplicadas ao infrator, sendo desta maneira elencadas no novo Código Criminal do Império:



Vejam as espécies:

- I. A pena de morte, antes praticada das mais diversas e cruéis maneiras passou a ser na forca, de certa forma mais “humanizada”, como demonstrada no artigo 38 do referido código.
- II. Prisão simples e com trabalho, artigo 47 do Código Criminal;
- III. Banimento, artigo 50 do Código Criminal;
- IV. Degredo, artigo 51 do Código Criminal;
- V. Desterro, artigo 52 do Código Criminal;
- VI. Multa, artigo 55 do Código Criminal;
- VII. Suspensão e perda do emprego para os funcionários públicos, artigos 58 e 59 do Código Criminal; (BRASIL, 1830).

Este código em sua essência traz os pensamentos do Marquês de Beccaria, pois, segundo ensinamentos de Estefam (2010, p. 63) “a parte geral (ou “parte I”) recebeu, com já ressaltado, grande influencia de Beccaria, como se nota em sua emblemática denominação: “*dos crimes e das penas*”, de modo semelhante ao “pequeno grande livro” do Marquês”.

Como comprovação do acima exposto, temos no artigo 33 do referido código, clara vislumbração do principio da legalidade e da proporcionalidade, que trás a seguinte redação:

Art. 33. Nenhum crime será punido com penas, que não estejam estabelecidas nas leis, nem com mais, ou menos daquellas, que estiverem decretadas para punir o crime no grão maximo, médio, ou minimo, salvo o caso, em que aos Juizos se permittir arbitrio.(sic, BRASIL, 1830)

Porém, foram mantidas as penas de galés, de banimento, de morte, esta ultima, sendo eleita como modo de execução a forca. Ficando dessa forma clara a evolução das penas e sua execução.

## 2.3 A PENA DA REPÚBLICA ATÉ A ATUALIDADE

Após a queda do regime monárquico e a ascensão do regime republicano, houve novamente necessidades de novas adequações da legislação existente, as novas necessidades sociais, porém devido à urgência, esta foi elaborada de forma um pouco aquém do que alguns doutrinadores consideravam necessário.

Urgência esta que acabou comprometendo a qualidade final do novo código penal, e pelo fato de ter sido elaborado por um único homem, Batista Pereira, mas como já dito devido às diversas inconsistências, este foi sendo complementado com uma imensa quantidade de legislações extravagantes.

Neste sentido tem-se Bitencourt (2008, p. 46):

Como tudo que se faz apressadamente, este, espera-se, tenha sido o pior código penal de nossa história; ignorou completamente “os notáveis avanços doutrinários que então se faziam sentir, em consequência do movimento positivista, bem como o exemplo de códigos estrangeiros mais recentes, especialmente o código de Zanardelli. O código Penal de 1890 apresentava graves defeitos de técnicas, aparecendo atrasado em relação à ciência de seu tempo”.

Em relação à correspondência entre os delitos e as penas nos ensina Martins (*apud* Estefam, 2010, p. 66) “o legislador de 90 inspirou-se nos princípios da escola clássica, estabelecendo estrita proporcionalidade entre delito e pena. Na determinação da pena, adotou um critério de absoluta rigidez, com o fim de excluir qualquer arbítrio judicial”.

As principais mudanças quanto à cominação das penas vieram da nova ordem constitucional, pois com o advento da nova constituição, houve algumas mudanças significativas, tais como a abolição das penas de galés, de banimento judicial e de morte, trazida no artigo 72 da “Constituição dos Estados Unidos do Brasil” (sic):

Art.72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 20. Fica abolida a pena de galés e a de banimento judicial

§ 21. Fica igualmente abolida a pena de morte, reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra. (sic, BRASIL, 1891)

Desta forma com o advento do novo código Penal de 1891, houve realmente a abolição da pena de morte, com ressalva do caso de guerra declarada, subsistindo ainda, porém os crimes de: Prisão com isolamento e Trabalho. Prisão e trabalho obrigatório, prisão militar ou agrícola. Prisão correccional ou disciplinarem unidade industrial, para quem tivesse menos de 21 anos. Pena de reclusão executada em fortalezas, ou quartéis militares. Banimento. Interdição (pena maior que seis anos: perda de títulos, direitos, emprego). Suspensão, perda do emprego. Multa.

A consolidação das Leis Penais foi elaborada pelo desembargador Vicente Piragibe, em 1932, representando uma compilação do código penal de 1890 com todas as suas alterações, não sendo, portanto uma nova legislação penal, embora deva ser lembrada devido à importância do trabalho de Piragibe (ESTEFAM, 2010).

Com o advento de decreto lei 2.848/40 houve significativa mudança no direito penal, ocorrendo notáveis mudanças nas penas aplicadas no nosso ordenamento jurídico.

Sinteticamente poder-se-á usar as palavras de Estefam (2010, p. 292): “o código penal em sua redação original dividia as penas em principais e acessórias, já com sua reforma, extinguiu-se esta divisão, qualificando-as como efeitos da condenação”. Após essas mudanças, ocorre à instituição de uma nova ordem constitucional.

Disto Bitencourt (2008, p. 228) divide as penas da seguinte maneira:

Penas privativas de liberdade, que se subdividem em reclusão e detenção.  
E Penas restritivas de direito, que se subdividem em prestação pecuniária, perda de bens e valores, prestação de outra natureza (inominadas), limitação de fim de semana, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos.

Consoante isto com o apogeu da nova ordem constitucional de 1988 ficaram estabelecidas as seguintes penas segundo E. Noronha (1995, p. 228):

São possíveis entre outras, as seguintes penas:

- a) Privação ou restrição de liberdade;
- b) Perda de bens;
- c) Multa;
- d) Prestação social alternativa;
- e) Suspensão ou interdição de direitos.

Assim com o desenvolvimento social do país, a legislação penal sofreu uma lenta transformação, passando do “suplício” das ordenações, a uma lenta humanização com a promulgação de diversas legislações versando sobre o assunto culminando com o decreto lei 2.848/40, que após a reformulação de sua parte geral com a lei 7.209/84, que segundo Greco (2007, p. 491) “adotou uma teoria mista ou unificadora da pena”. Ou seja, busca “retribuir ao mau injusto com um mau justo” (GRECO, 2007, p. 491) e ressocializar o infrator. Ou nos ensinamentos de E. Jesus (1995, p. 457) “a pena na reforma de 1984, passou a apresentar natureza mista: é retributiva e preventiva, conforme dispõe o artigo 59 do Código Penal”.

Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

Critérios especiais da pena de multa

Desta forma complementando o a exposto pode-se citar a lição de Pierangeli (2001, p. 86):

A filosofia que se buscou imprimir ao direito Penal, por meio da reforma, pode ser resumida novamente nas palavras de Toledo: “por isso a comunidade não tem apenas o direito de castigar, mas até o dever de realizar o castigo de tal maneira que não impeça uma ressocialização”.

Assim com a nova ordem penal, buscou-se impedir a reincidência do infrator da norma, e ao mesmo tempo, manteve-se a norma coibidora, ou seja, a legislação penal continuava tentando intimidar, visando assim evitar a prática dos delitos, ao mesmo tempo em que busca a recuperação do infrator através de medidas ressocializadoras, inovação introduzida no ordenamento jurídico com a edição da lei 7.210/84- Lei de Execução Penal.

### **2.3.1 Penas Vedadas Pela Atual Ordem Constitucional**

Mantendo a corrente positivista adotada com a 1ª Constituição Republicana, a atual constituição vedou alguns tipos de punição, e são assim definidos por Estefam (2010, p. 300):

- a) *Pena de morte, salvo em casos de guerra declarada*, como acima mencionado a pena de morte foi abolida em do ordenamento jurídico positivo, desde a elaboração do código penal de 1890, desde então é considerada proibida;
- b) *Penas de caráter perpétuo*, o atual ordenamento constitucional ampliou tal princípio de forma a alcançar a todos os tipos de punição, e não somente as penas de cerceamento de liberdade;
- c) *Pena de banimento* trata-se de vedar a expulsão do nacional, permitindo assim a expulsão do estrangeiro em determinados casos, cabe salientar que o banimento deixou de existir em nosso ordenamento jurídico com o advento da constituição federal de 1891;
- d) *Pena de trabalhos forçados* se refere ao fato de ninguém poder ser obrigado a trabalhar como meio de cumprimento de pena, cabe informar que o trabalho do preso expresso na Lei de Execução Penal, 7.201/84, não viola o referido princípio vez que o trabalho ocupa importante papel na função ressocializadora da pena, além conferir remuneração pelo trabalho e remição na proporção de 1 dia a menos na pena por cada 3 dias trabalhados. Tema este que será mais bem analisado no decorrer do presente trabalho.

Desta forma percebe-se que a atual ordem constitucional buscou primar pela dignidade da vida, impondo assim uma série limitações ao “*jus puniend*” do Estado, em relação aos cidadãos, delimitando claramente até onde pode o Estado exercer sua função punitiva frente alguma eventual infração.

### 3 DA PRISÃO AOS SISTEMAS PRISIONAIS

Como demonstrado nos capítulos anteriores às penas ao longo do tempo tiveram caráter cruel e desumano, ou seja, visavam o corpo do infrator, buscando-se com isso a reparação do crime praticado por ele.

Nesse sentido leciona Greco (2007, p. 494):

Vimos que as penas, anteriormente, tinham uma natureza aflitiva, ou seja, o corpo do delinquente pagava pelo mal que ele havia praticado. Era torturado, açoitado, crucificado, esquartejado, esfolado vivo, enfim, todo tipo de sevícias recaía sobre o seu corpo físico.

Difícil é localizar o exato momento do surgimento da pena de prisão, visto que as sociedades se desenvolvem de maneira heterogênea e em alguns casos há retrocessos em algumas áreas do conhecimento humano, porém Pimentel (1983) leciona que a pena de prisão teve origem nos mosteiros da idade média, como punição imposta aos monges ou clérigos faltosos fazendo com que se recolhessem as suas celas para se dedicarem, em silêncio, à meditação e se arrependessem da falta cometida, reconciliando-se assim com Deus.

Findando o século XVIII e iniciando o século XIX, passa-se a uma nova modalidade de punição, sendo esta a penalidade de detenção, sendo a prisão, a peça fundamental neste novo conjunto de punições, visando à substituição de outros métodos, tais como suplício, a expiação corporal

Ainda, pois, na idade média a pena praticada era o suplício, no qual o cerceamento da liberdade mantinha caráter cautelar, vez que garantia a integridade do acusado e evitava que o mesmo se evadisse do local, impossibilitando assim sua eventual execução.

Conclui-se, então, que os sistemas Penitenciários, tiveram suas origens no século XVIII, lecionando dessa forma Bitencourt (*apud* Greco, 2007, p. 494):

Além dos antecedentes inspirados em concepções mais ou menos religiosas, um antecedente importantíssimo nos estabelecimentos de Amsterdam, nos *Bridwells* ingleses, e em outras experiências similares realizadas na Alemanha e na Suíça. Estes estabelecimentos não são apenas um antecedente importante dos primeiros sistemas penitenciários, como também marcam o nascimento da pena privativa de liberdade, superando a utilização da prisão como simples meio de custódia.

Desta forma pode-se apontar como sistemas penitenciários que mais se destacaram, durante sua evolução, os seguintes:

- O de Filadélfia ou Pensilvânico;
- O de Auburn ou Auburniano;
- O Progressivo, sendo este subdividido em: inglês, irlandês e montesino.

### 3.1 SISTEMA DE FILADÉLFIA OU PENSILVÂNICO

A origem dos primeiros sistemas Penitenciários segundo Bitencourt (2008, p. 125), “os primeiros sistemas penitenciários surgiram nos Estados Unidos, embora não se possa afirmar como faz Noval Morris, “que a prisão constitui um invento Norte-Americano”.

Continuando na obra de Bitencourt (2008, p. 125), “a primeira prisão norte-americana foi construída pelos *quacres* em *walnutstreetjail*, em 1776”. Sendo como uma das principais características desse modelo de prisão o isolamento celular.

Ainda segundo Bitencourt (2008, p. 126):

Com a devida pressão popular iniciado pelos líderes do movimento dos quacres, as autoridades se viram na necessidade de instituir um sistema de prisões, no qual o isolamento em uma cela, a oração e a abstinência total de bebidas alcoólicas deveriam criar os meios para salvar tantas criaturas infelizes.

Segundo Bitencourt (2008), inicialmente o isolamento celular não era aplicado a todos os criminosos, sendo este reservado somente aos criminosos mais perigosos, sendo os demais mantidos em celas normais, a esses por sua vez, era permitido trabalhar em conjunto durante o dia. Aplicou-se ainda a rigorosa lei do silêncio.

O sistema Filadélfico, em suas ideias fundamentais, não se encontra desvinculado das experiências promovidas na Europa a partir do século XVI. Seguindo as linhas adotadas nos estabelecimentos da Holanda e da Inglaterra, incorporando parte dos ideais iluministas de Beccaria, Howard e Bentham, bem como alguns conceitos do Direito canônico.

Segundo Bitencourt (2008, p. 126) “experiência desse modelo adotado em *walnut street* não logrou muito êxito, a causa principal do fracasso foi o aumento exagerado da população carcerária, que se encontrava recolhida naquela prisão”.

Deste modo Bitencourt (2008) assevera que após o fracasso da prisão de *walnut street* foram construídas mais duas prisões, a Penitenciária ocidental – *western penitentiary* – em Pittsburgh, sendo construída em 1818, seguindo o modelo

Panótico de J. Bentham, sendo a outra construída em 1829, e era a chama Penitenciária Oriental – Eastern Penitentiary – seguindo o modelo de John Haviland. Na primeira sendo utilizado o sistema de isolamento absoluto, sendo vedado inclusive o trabalho dentro da cela. Mas isso se demonstrou impraticável, assim após a inauguração da Penitenciária Oriental, resolveu-se aliviar, o isolamento individual permitindo-se então o trabalhado no interior da cela. Mesmo assim nem sempre resolvendo o problema do isolamento.

Assim conclui Bitencourt (2008, p. 126) “mesmo após a autorização do trabalho nas celas, não se diminuiu o problema do isolamento, pois na maioria das vezes era sem sentido e tedioso. Por outro lado, nem sempre este trabalho na cela pôde ser realizado”.

Desta forma, pode-se sintetizar esse sistema de purgar a pena como sendo o isolamento em celas durante os intervalos, imperando o silêncio, a meditação e a oração. Reduzindo drasticamente gastos com a vigilância, e impedindo o desenvolvimento de organizações dentro das prisões.

### 3.2 SISTEMA DE AUBURN OU AUBURNIANO

O surgimento desse sistema Penitenciário advém do desejo de superar os problemas do sistema celular. Com as mudanças nas sanções penais no Estado de nova Iorque, nas qual foi substituída a pena de morte e os castigos corporais pela de prisão. Assim foi inicialmente construída uma prisão a de *Newgate*, porém sendo muito pequena e não abrigando a todos os delinquentes num isolamento celular, então em 1816, foi autorizada a construção da prisão de *Auburn*.

No cumprimento da pena nesta Penitenciária os presos em divididos em três categorias. Assim dividas segundo Lewis (*Apud* Bitencourt, 2008 p. 127):

1ª) a primeira era composta pelos mais velhos e persistentes delinquentes, aos quais se destinou um isolamento contínuo;

2ª) na segunda situavam-se os menos incorrigíveis; somente eram destinados as celas de isolamento três dias na semana e tinham permissão para trabalhar;

3ª) a terceira categoria era integrada pelos que davam maior esperança de serem corrigidos. A estes somente era imposto o isolamento noturno, permitindo-lhes trabalhar juntos durante o dia, ou sendo destinados às celas individuais uma vez na semana.

Encontra-se descrição das celas na obra de Bitencourt (2008, p. 128): “as celas eram pequenas e escuras, e não havia possibilidade de trabalhar nelas”. Os

resultados dessa experiência de total isolamento foi um grande fracasso. Exemplificando temos Bitencourt (2008) que descreve que de oitenta prisioneiros em isolamento total e contínuo, houve apenas duas exceções os demais ou enlouqueceram, ou cometeram suicídio, e alguns poucos foram agraciados com o perdão.

Assim em 1824 foi abandonado este sistema de total isolamento celular e foi permitido trabalhar em comum aos presos, devendo o silêncio ser mantido, e a noite o confinamento individual.

Em síntese pode-se dizer que, o sistema de Auburn adotou, a partir da verificação da ineficácia do sistema de isolamento, o sistema de “trabalho em comum e a regra do silêncio absoluto” (BITENCOURT, 2008, P. 128). Segundo Melossi e Pavarani (1985, p. 208) “esse silêncio, ininterrupto, mais que propiciar a meditação e a correção, é um instrumento essencial de poder, permitindo que uns poucos controlem uma multidão”.

Do mesmo modo que o modelo Filadélfico, o Auburniano também pretende ser um arquétipo ideal para sociedade. Contrapondo-se e renegando-o sob o argumento de que esse modelo é um modelo de manutenção e imposição de poder e não reformador ou ressocializador, temos Foucault (1975, p. 240) “este jogo de isolamento, de reunião sem comunicação e da lei garantida por um controle ininterrupto deve readaptar o criminoso como indivíduo social: educa-o para uma atividade útil e resignada, e restitui alguns hábitos de sociabilidade”.

Uma das bases deste sistema era o trabalho, Bitencourt (2008) explica que o trabalho tinha duas importâncias nesse modelo, uma ideológica e outra pedagógica, na base ideológica era satisfazer as necessidades do não proprietário e pedagogicamente, como modelo educativo que permitirá ao infrator se incorporar à força de trabalho. Porém, esse propósito não atingiu seus objetivos, sendo um dos principais empecilhos ao sucesso do modelo de trabalho produtivo, os sindicatos de operários que eram contrários ao desenvolvimento do trabalho nas prisões, pois o trabalho nas prisões era mais barato, podendo assim competir e ter vantagem sobre o trabalho livre.

O regime disciplinar adotado nesse modelo também merece destaque, porém este era visto negativamente, pois, muitas vezes era excessivo e demasiadamente rigoroso. Confirmando isto temos Bitencourt (2008, p. 129) “tradicionalmente se criticou, no sistema auburniano, a aplicação de castigos cruéis e excessivos”.



### 3.3 SISTEMA PROGRESSIVO

Decorrente do sucessivo abandono da pena de morte no decorrer do século XIX, a pena privativa de liberdade foi se consolidando definitivamente como a principal forma de punição adotada pelos países Europeus, desta forma diante da necessidade de se superar o sistema Auburniano e o Filadélfico, surge o sistema Progressista, assim conforme leciona Vadés (*apud* Bitencourt, 2008, p. 130): “o apogeu do da pena privativa de liberdade coincide igualmente com o abandono dos regimes celular e auburniano”.

Desta forma o sistema progressista consiste em uma sequência de regimes diferentes de privação de liberdade, ou seja, segundo Bitencourt (2008, p. 130):

A essência deste regime consiste em distribuir o tempo de duração da condenação em períodos, ampliando-se em cada um os privilégios que o recluso pode desfrutar de acordo com sua boa conduta e o aproveitamento demonstrado do tratamento reformador.

Há ainda segundo Bitencourt (2008, p. 130): “outro aspecto importante é o fato de possibilitar ao recluso incorporar-se à sociedade antes do término da condenação.”

Arus (*apud* Bitencourt, 2008), afirma ainda ter este sistema como vertentes duas metas, na primeira espera que isso possa ser um estímulo a boa conduta e influenciar positivamente ao recluso a aderir ao regime utilizado, e pretende ainda, através da “boa disposição anímica do interno”, conseguir a reforma de sua conduta moral, preparando-o assim para no futuro poder novamente conviver na sociedade.

Desta forma, este sistema inovou significativamente, na aplicação da pena que priva o indivíduo da liberdade, ultrapassando os modelos filadélfico e auburniano. Assim pela sua complexidade e inovação existiram diferentes sistemas progressivos podendo-se citar aqui o sistema progressivo inglês, o irlandês e o de montesinos.

#### 3.3.1 Sistema Progressivo Inglês

Para Bitencourt (2008) esse sistema teve origem na Ilha de Norfolk, na Austrália, sendo desenvolvido pelo capitão Alexander Maconochie, no ano de 1940, nesta ilha eram enviados os piores criminosos, que mesmo após sofrerem a pena de

“*transportation*”, voltavam a delinquir, independentemente da severidade das penas, não se conseguia impedir as fugas e os sangrentos motins.

Era também conhecido como “sistema de vales”, e segundo Bitencourt (2008, p. 131):

O sistema de Maconochie consistia em medir a duração da pena por uma soma de trabalho e de boa conduta imposta ao condenado. Referida soma era representada por certo número de marcas ou vales, de tal maneira que a quantidade de vales que cada condenado necessitava obter antes de sua liberação deveria ser proporcional à gravidade do delito. Diariamente, segundo a quantidade de trabalho produzido, creditavam-se-lhe uma ou várias marcas, deduzidos os suplementos de alimentação ou de outros fatores que lhe eram feitos. Em caso de má conduta impunha-se-lhe uma multa. Somente o excedente dessas marcas, o remanescente desses “débitos-créditos” seria a pena a ser cumprida.

Ainda segundo Bitencourt (2008, p. 131-132):

O sistema progressivo, idealizado por Alexander Maconochie, dividia-se em três períodos:

1º) Isolamento celular diurno e noturno — chamado período de provas, que tinha a finalidade de fazer o apenado refletir sobre seu delito. O condenado podia ser submetido a trabalho duro e obrigatório, com regime de alimentação escassa.

2º) Trabalho em comum sob a regra do silêncio — durante esse período o apenado era recolhido em um estabelecimento denominado public work house, sob o regime de trabalho em comum, como regra do silêncio absoluto, durante o dia, mantendo-se a segregação noturna. Esse período é dividido em classes, no qual o condenado, possuindo determinado número de marcas e depois de certo tempo, passa a integrar a classe seguinte. Assim ocorria “até que, finalmente, mercê da sua conduta e trabalho, chega à primeira classe, onde obtinha o ticket of leave, que dava lugar ao terceiro período, quer dizer, a liberdade condicional”.

3º) Liberdade condicional — neste período o condenado obtinha uma liberdade limitada, uma vez que a recebia com restrições, às quais devia obedecer, e tinha vigência por um período determinado. Passado esse período sem nada que determinasse sua revogação, o condenado obtinha sua liberdade de forma definitiva.

Conforme acima verificado este sistema consistia numa execução penal bastante moderna a sua época, e consistia na promoção do recluso através de créditos que seriam usados para abater tempo na duração de sua reclusão, do mesmo modo também visava vedar a má conduta do recluso através da multa imposta, diminuindo-lhe assim os benefícios adquiridos com o trabalho.

### **3.3.2 Sistema Progressivo Irlandês**

O sistema progressivo irlandês, desenvolvido por Walter Crofton, conforme Bitencourt (2008, p. 68), se diferenciava dos regimes auburniano e pensilvânico,

pelo fato de que como já acima mencionado estes se preocupavam somente em disciplinar o regime de execução da pena, no interior das prisões, ou eventualmente durante a duração da condenação.

Já em relação ao regime adotado por Maconochie, na Austrália e posteriormente na Inglaterra, houve uma substancial modificação, no referido sistema de execução penal.

Segundo Bitencourt (2008, p. 68):

Conhecendo o sistema inglês, ao ser encarregado de inspecionar as prisões irlandesas, em 1854, Crofton, querendo preparar o recluso para seu regresso à sociedade, introduziu “uma idéia original que foi o estabelecimento de ‘prisões intermediárias’. Na realidade, tratava-se de um período intermediário entre as prisões e a liberdade condicional, considerada como um meio de prova da aptidão do apenado para a vida em liberdade”.

Desta forma ficou o regime irlandês ficou dividido em quatro fases de execução da pena, que são nos ensinamentos de Bitencourt (2008, p. 68):

1ª) Reclusão celular diurna e noturna — nos mesmos termos do sistema inglês, sem comunicações, com alimentação reduzida e sem qualquer favor, era cumprida em prisões centrais ou locais.

2ª) Reclusão celular noturna e trabalho diurno em comum — com a obrigação de manter rigoroso silêncio, consagrado no sistema auburniano. Aqui também não apresenta novidade ou diferença do sistema inglês. Nesta fase, como no regime anterior, os apenados também se dividem em classes e obtêm a progressão através das marcas ou acumulação de pontos. A passagem de uma classe para outra, aqui como no sistema inglês, significava uma evolução do isolamento celular absoluto para um estágio mais liberal, propiciando a aquisição gradual de privilégios e recompensas materiais, maior confiança e liberdade.

3ª) Período intermediário — assim denominado por Crofton, ocorria entre a prisão comum em local fechado e a liberdade condicional. Esse período era executado em prisões especiais, onde o preso trabalhava ao ar livre, no exterior do estabelecimento, em trabalhos preferencialmente agrícolas. Nesse período — que foi a novidade criada por Crofton — a disciplina era mais suave, e era cumprido “em prisões sem muro nem ferrolhos, mais parecidas com um asilo de beneficência do que com uma prisão”<sup>28</sup>. Muitas vezes os apenados viviam em barracas desmontáveis, como trabalhadores livres dedicando-se ao cultivo ou à indústria.

4ª) Liberdade condicional — com as mesmas características do sistema inglês, o preso recebia uma liberdade com restrições, e com o passar do tempo e o cumprimento das condições impostas, obtinha, finalmente, a liberdade definitiva.

Devido às inovações introduzidas nesse modelo o sistema irlandês alcançou grande sucesso, sendo adotado em vários países, e segundo Ribot (*apud*, Bitencourt, 2008, p. 68) “o êxito do sistema era devido, em primeiro lugar, às raras

qualidades de inteligência e de caráter do novo diretor, e também à influência dos aperfeiçoamentos introduzidos por ele na prática do sistema inglês”.

Porém mesmo com inúmeros países o adotando como forma de execução penal, o mesmo entrou em crise, conforme Bitencourt (2008, p. 69):

Sua efetividade tem sido questionada e sofreu modificações substanciais. Por exemplo, na ordenança alemã de 22 de julho de 1940, prescindiu-se desse regime de execução penal. Também na Suécia foi abandonado, especialmente a partir da Lei de Execução Penal, de 21 de dezembro de 1945, embora sem suprimir o conceito de progressividade no tratamento dos reclusos. Também na Dinamarca, a partir de 1947, o regime progressivo foi simplificado e recebeu maior flexibilidade.

Assim pode-se observar que mesmo com a grande evolução no sistema de execução penal do sistema irlandês, o mesmo com o passar do tempo foi se tornando insuficiente para suprir as necessidades crescentes dos países por um método mais efetivo de prevenção do crime.

### **3.3.3 Sistema Progressivo De Montesinos**

Conforme Ruiz (*apud*, Bitencourt, 2008, p. 69): “não pela dureza do castigo, mas pelo exercício de sua autoridade moral. Diminuiu o rigor dos castigos e preferiu orientar-se pelos princípios de um poder disciplinar racional”.

Ainda segundo Bitencourt (2008, p. 69) “um dos aspectos mais interessantes da obra prática de Montesinos refere-se à importância que deu às relações com os reclusos, fundadas em sentimentos de confiança e estímulo, procurando construir no recluso uma definida autoconsciência”.

Do exposto extrai-se que no sistema Motesiniano, existia um equilíbrio entre a autoridade necessária para administrar a prisão, porém não se deixando desmotivar pelo ambiente no qual se encontrava envolvido, buscando assim uma forma de cumprimento de pena mais humanizada, procurando assim corrigir o preso de maneira mais pedagógica.

## **3.4 SISTEMA PROGRESSIVO BRASILEIRO**

Conforme acima já debatido, segundo corrente doutrinária majoritária existe no mundo três sistemas de execução de pena, sendo eles, o filadélfico, o auburniano e o progressivo.

Desta forma o método de execução da pena adota em nosso sistema penal hodiernamente é o progressivo, porém com algumas ressalvas próprias a realidade do país. Conforme elencado na legislação Penal pátria.

Desta forma, existem no Brasil segundo o Código Penal, três regimes de cumprimento de penas privativas de liberdades, sendo eles:

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º - Considera-se:

- a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
- b) regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
- c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso:

- a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;
- b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto;
- c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.

§ 4º O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais. (BRASIL, 1984).

No tocante a forma de progressão de um regime a outro, durante a execução da pena, a legislação prevê dois requisitos para o apenado poder usufruir dela, são eles divididos em requisitos *objetivos e subjetivos*.

Os requisitos *objetivos* em caso de crime comum são os seguintes, segundo a lei 7210/1984, Lei de Execução Penal:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior... (BRASIL, 1984)

Em relação aos requisitos *subjetivos* tem-se que este requisito é auferido através de certidão carcerária de bom comportamento carcerário, emitido pelo diretor da unidade prisional onde o apenado cumpre pena. Assim descrito na lei

7210/84, “e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitado as normas que vedam a progressão”.

Importante salientar que em crimes comuns, independentemente do Réu ser primário ou não, para obter a progressão do regime é necessário apenas que o mesmo preencha os requisitos acima mencionados, ou seja, ter cumprido 1/6 da pena e ter bom comportamento carcerário.

Houve no ordenamento jurídico brasileiro por um longo lapso temporal a impossibilidade de progressão de regime durante o cumprimento da pena, ocasionando diversos questionamentos judiciais sobre o tema, culminando assim com o questionamento da constitucionalidade da lei 8.072/90, tendo-se definido isto no julgamento da HC 82.959-7/SP, no qual ficou declarada a inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90, que vedava a concessão da progressão de regime a quem cometesse crime hediondo ou a ele equiparado. Neste sentido declarou-se a inconstitucionalidade do referido artigo, com base nos princípios da Isonomia e da Individualização da pena.

Desta forma pode-se sintetizar o acórdão nos ensinamentos do Ministro Marco Aurélio (STF, HC nº 82.959-7/SP, p. 05):

Esta matéria conduziu-me a afetar, na forma prevista no artigo 22 do Regimento Interno, o presente caso a este Plenário. É que tenho como relevante a arguição de conflito do § 1º do artigo 2º da Lei nº 8.072/90 com a Constituição Federal, considerado quer o princípio isonômico em sua latitude maior, quer o da individualização da pena previsto no inciso XLVI do artigo 5º da Carta, quer, até mesmo, o princípio implícito segundo o qual o legislador ordinário deve atuar tendo como escopo maior o bem comum, sendo indissociável da noção deste último a observância da dignidade da pessoa humana, que é solapada pelo afastamento, por completo, de contexto revelador da esperança, ainda que mínima, de passar-se ao cumprimento da pena em regime menos rigoroso. A progressividade do regime está umbilicalmente ligada à própria pena, no que, acenando ao condenado com dias melhores, incentiva-o à correção de rumo e, portanto, a empreender um comportamento penitenciário voltado à ordem, ao mérito e a uma futura inserção no meio social.

Após a declaração de inconstitucionalidade do referido artigo da lei 8072/90, o condenado, por crime hediondo, começou a fazer jus à progressão de regime igualmente aos demais condenados por crimes comuns, menos avulsivos pela sociedade.

Desta forma o poder Legislativo se viu na obrigação de criar nova norma legal capaz de satisfazer o anseio social e mantivesse mais rigor necessário a ordem social, desta forma oriunda desta necessidade surge à lei 11.464/2007, disciplinando

os critérios para a progressão de regime aos criminosos condenados pela prática de crime Hediondo ou a ele equiparado.

Tendo a seguinte redação:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II - fiança.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado.

§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.

Assim pode-se observar novamente um endurecimento ao regime de cumprimento de penas a alguns criminosos, que optam por praticar alguns crimes, considerados mais graves e assim necessitando de uma maior reprovação, evidencia-se isto na parte final do § 2º, do artigo 2º, da lei 8072/1990 “*de 3/5 (três quintos), se reincidente*” devendo assim o reincidente naqueles tipos de delitos, cumprir mais tempo no regime inicial, para após poder gozar da progressão.

No tocante aos requisitos *subjetivos*, este é auferido através de certidão de bom comportamento carcerário, emitido pelo diretor da unidade prisional onde o apenado cumpre pena. Assim descrito na lei 7210/84, artigo 112, parte final: “e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitado as normas que vedam a progressão”.

Há no sistema penal brasileiro, outro instituto que possibilita um benefício ao recluso com condenação criminal transitada em julgado, qual seja o livramento condicional, no qual o apenado após cumprir certo período da pena faz jus a sua liberdade, condicionado há alguns requisitos de caráter objetivos e subjetivos, porém antes de adentrar-se nestes requisitos, cabe definir qual a intenção do legislador ao inserir tal instituto no ordenamento jurídico brasileiro, podendo-se fazê-lo com as palavras de Santos (*apud* Bitencourt, 2008, p. 301): “a liberdade condicional constitui a fase final desinstitucionalizada de execução da pena privativa de liberdade, com objetivo de reduzir os malefícios da prisão e facilitar a reinserção social do condenado (...)”.

E segundo Bitencourt (2008, p. 301):

Na feliz definição de Cuello Calón, é “um período de transição entre a prisão e a vida livre, período intermediário absolutamente necessário para que o condenado se habitue às condições da vida exterior, vigorize sua

capacidade de resistência aos atrativos e sugestões perigosas e fique reincorporado de modo estável e definitivo à comunidade (...)."

O objetivo principal do livramento condicional está na busca pela efetiva correção e reinserção social do infrator, através da sua progressão do cumprimento da penal o qual se pode verificar com as palavras de Bitencourt (2008, p. 301):

Em verdade, por tal instituto, o condenado a uma pena privativa de liberdade pode sair do estabelecimento antes do término fixado na sentença condenatória, claro, sempre que houver determinadas circunstâncias e sob certas condições. É uma antecipação, embora limitada, da liberdade. A liberação organizada sobre a base de um regime de assistência e vigilância do apenado durante certo prazo, com a possibilidade de reingresso na prisão em caso de má conduta, oferece ao réu mais possibilidade de reinserção, sem esquecer a sociedade, via prevenção geral. Através desse instituto, coloca-se no convívio social o criminoso que apresenta, em determinado momento do cumprimento da pena, suficiente regeneração.

Averiguados os intuitos do livramento condicional cabe agora analisar os requisitos objetivos, subjetivos e facultativos para sua concessão ao apenado.

Segundo Bitencourt (2008) os requisitos objetivos para a concessão do livramento condicional são os seguintes: "Natureza e quantidade da pena, cumprimento de parte da pena, reparação do dano, salvo efetiva impossibilidade".

a) *Natureza e quantidade da pena:*

A condenação criminal transitada em julgado com pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos.

Há ainda a possibilidade da soma das penas, que segundo Bitencourt (2008, p. 303):

A soma de penas é permitida para atingir esse limite mínimo, mesmo que tenham sido aplicadas em processos distintos. A soma de penas para fins de livramento condicional, que era uma faculdade concedida pelo art. 60, parágrafo único, do Código Penal de 1940, com a redação da Lei n. 6.416, foi transformada em dever.

b) *Cumprimento de parte da pena:*

I - cumprida mais de um terço ( $1/3$ ) da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso. II - Cumprida mais da metade ( $1/2$ ) se o condenado for reincidente em crime doloso. V - Cumprido mais de dois terços ( $2/3$ ) da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza, sendo isto extraído do art. 83, do Código Penal.



*c) Reparação do dano, salvo efetiva impossibilidade.*

Um dos efeitos da condenação é a obrigação de reparar o dano causado pela infração penal (art. 91, I, do CP).

Sobre o assunto Bitencourt (2008, p. 302) o trata da seguinte forma “O legislador da reforma, foi mais contundente na exigência da reparação do dano, ressaltando apenas a “efetiva” impossibilidade devidamente comprovada.” Não há mais a admissão do atestado de pobreza, que na maioria dos casos era suficiente para eximir o infrator da responsabilidade de ressarcir o dano por ele causado.

Nesse sentido Andreucci (1985, p. 285):

O legislador da reforma foi mais contundente na exigência da reparação do dano, ressaltando apenas a “efetiva” impossibilidade devidamente comprovada. Não mais admite aquele tradicional atestado de pobreza, de triste memória e que era suficiente para exonerar o infrator da responsabilidade reparatória

Já em relação aos requisitos subjetivo tem-se no artigo 83 da lei 7209/84, que são os seguintes:

*Tiver bons antecedentes.*

Por bons antecedentes, entende-se, que o apenado não tenha sofrido condenação criminal anteriormente, não seja um assíduo “frequentador” de inquéritos policiais, na figura de suspeito, ou seja, nos dizeres de Mirabete (2001, p. 306): “não ser criminoso habitual”.

Esclarecendo o tema temos ainda Costa Jr (1986, p. 431):

Assim, o condenado que houver praticado outras infrações penais, que tiver respondido a outros inquéritos policiais, que se envolveu em outras infrações do ordenamento jurídico, que sofreu outras condenações (mesmo as que não caracterizem tecnicamente reincidência), que se dedicou ao ócio e à malandragem, enfim, que não tiver “bons antecedentes”, não poderá se beneficiar do livramento condicional com somente o cumprimento mínimo de pena.

E segundo Bitencourt (2008, p. 303): “Assim, só terá direito quem “não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes”. Faltando um ou outro desses dois requisitos a exceção não se justifica e o condenado deverá cumprir mais da metade da pena”.

*Comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena.*

Bitencourt (2008, p. 33) explica qual a abrangência do termo “comportamento satisfatório” da seguinte forma:

A nova previsão legal é mais realista e ao mesmo tempo mais abrangente, pois se preocupa com o comportamento do apenado dentro e fora do cárcere, ou seja, preocupa-se com seu comportamento no trabalho externo, na frequência a cursos de instrução e profissionalizantes, com os períodos de permissões de saídas e saídas temporárias, com o regime aberto etc. Enfim, preocupa-se não apenas com a “conduta carcerária”, mas com toda a execução da pena, que hoje implica Maior contato com o mundo exterior, ampliando o universo de observação da postura do futuro beneficiado.

Logo, compreende-se que ocorre uma avaliação continuada do comportamento do recluso no decorrer do cumprimento do cárcere, é não é somente nesse momento em que ela será verificada, pois acompanhará o apenado durante todo o processo de ressocialização, visando com que o mesmo busque sempre evitar situações que possam se tornar desfavorável a sua efetiva reintegração social.

*Bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído.*

Ao incluir-se o tópico referente ao bom desempenho no trabalho, percebe-se que uma das premissas da concessão e manutenção do benefício, sendo assim, não se inclui neste requisito somente as atividades desempenhadas no cárcere, mas também as desempenhadas em serviços extra muros, como exemplo em obras públicas.

Nesse sentido temos os ensinamentos de Bitencourt (2008, p. 303):

Esse requisito, inexistente no Código Penal de 1940, preocupa-se com o desenvolvimento da capacidade do indivíduo de autogerir-se, aptidão que lhe será indispensável na vida livre. Ao referir-se a “trabalho que lhe foi atribuído” fica claro que não se trata apenas das atividades laborais desenvolvidas no interior do cárcere, mas também se refere ao trabalho efetuado fora da prisão, como, por exemplo, o serviço externo, tanto na iniciativa privada como na pública. O trabalho, que não pode ser considerado como prêmio ou mesmo privilégio, é um fator que dignifica o ser humano e é instrumento de realização pessoal, além de apresentar-se como desestímulo à delinquência.

*Aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto.*

Como ultimo requisito, porém não menos importante para a obtenção e manutenção do livramento condicional deverá ser a capacidade de auto gerir-se do apenado, uma vez que sendo capaz de se manter com seu próprio trabalho o mesmo não necessitará buscar seu sustento de maneira ilícita, buscando-se assim evitar que o mesmo volte ao mundo da delinquência.

Assim trata o assunto Bitencourt (2008, p. 304):

A lei não determina que o apenado deva ter emprego assegurado no momento da liberação. O que a lei exige é a aptidão, isto é, a disposição, a habilidade, a inclinação do condenado para viver à custa de seu próprio e

honesto esforço. Em suma, de um trabalho honesto. Tanto isso é verdade que a lei estabelece como uma das condições obrigatórias do livramento “obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho” (art. 132, § 1º, a, da LEP).

Segundo a Lei De Execução Penal, lei 7210/84, para obter o livramento condicional o apenado deve-se submeter a uma série de condições pré-estabelecidas, ou seja, o condenado é submetido a um “período de prova”, tendo este período a duração do restante da pena que falta cumprir, em relação aos critérios a doutrina os classifica como, condições de imposição obrigatória e condições de imposição facultativa.

As *condições de imposição obrigatória* estão previstos no artigo 132, § 1º, da LEP, que traz a seguinte redação:

Art. 132. Deferido o pedido, o Juiz especificará as condições a que fica subordinado o livramento.

§ 1º Serão sempre impostas ao liberado condicional às obrigações seguintes:

- a) obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho;
- b) comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação;
- c) não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste.

Em relação ao tópico “*Obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável se for apto para o trabalho*”, nesse tópico, abre-se a oportunidade ao apenado deficiente ou que sofreu alguma debilidade que o impeça de exercer o trabalho, poder galgar o direito. Nesse sentido temos Bitencourt (2008, p. 305): “Isso quer dizer que a eventual deficiência física do apenado, que o torne inapto para o trabalho, por si só, não impedirá a obtenção do livramento condicional”.

Quanto ao item relacionado a “*comunicar periodicamente ao Juiz sua ocupação*” nesse quesito teve o legislador o cuidado de introduzir a liberdade assistida na relação do comprometimento do apenado com a sua readaptação social, pois se o mesmo conseguindo manter-se numa mesma atividade por um longo período de tempo induz ao entendimento de que está efetivamente se readaptando ao convívio em sociedade. Bitencourt (2008, p. 30) diz ser uma espécie de liberdade vigiada, e que juiz das execuções, que observará se o liberado continua a exercer regularmente a ocupação que obteve e as eventuais dificuldades encontradas.

Ainda em relação aos quesitos temos o ultimo deles, mas não menos importante o de “*não mudar do território da comarca do Juízo da execução, sem prévia autorização deste*”, embora possa parecer à primeira vista um “exílio local”, não o é, pois, o apenado, pode em eventuais feriados se deslocar a outras comarcas desde que não seja por períodos prolongados, vedando-se realmente a transferência de domicílio sem autorização do juízo de execução penal. O que se visa com tal condição é facilitar a fiscalização e acompanhamento do apenado.

Quanto às condições de imposição facultativa, isto em relação ao juiz poder ou não exigi-las e não em relação ao apenado querer ou não cumpri-las, o artigo 132, § 2º, da lei 7210/1984, traz a seguinte redação:

- § 2º Poderão ainda ser impostas ao liberado condicional, entre outras obrigações, as seguintes:
- a) não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção;
  - b) recolher-se à habitação em hora fixada;
  - c) não frequentar determinados lugares.

Desta forma para poder gozar do direito o condenado deve ainda se submeter à condição de “*não mudar de residência sem comunicação ao Juiz e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção*”, diferentemente da condição objetiva anteriormente tratada, este se limita apenas a comunicação da mudança do endereço ao juízo de execução penal, pois esta mudança de endereço ocorre dentro da própria comarca, visa-se assim, poder manter contato com o apenado.

E nesse sentido temos Bitencourt (2008, p. 306):

Essa condição é diferente daquela que exige prévia autorização do juiz para residir fora do território da comarca. Esta trata da mudança de residência dentro da própria comarca, e não depende de prévia autorização judicial: é suficiente que o liberado informe ao juiz e órgãos assistenciais o seu novo domicílio. Essa nova formalidade prende-se à necessidade de os órgãos de execução tornarem efetiva a assistência e fiscalização que lhes foi incumbida, e para isso é indispensável conhecer o domicílio do apenado.

Quanto à condição de recolher-se à habitação em hora fixada, será fundamental utilizada em relação àqueles apenados que seja necessário proibi-los de se ausentar da residência após certas horas, leva-se em consideração então a individualização de cada caso, ou seja, considera-se a personalidade de cada individuo, e assim leciona Bitencourt (2008, p. 306): “A finalidade básica dessa condição é evitar que certos egressos frequentem ambientes pouco recomendáveis e desfrutem de más companhias, o que poderia facilitar a reincidência”.

Em relação a *não frequentar determinados lugares*, entende-se que o juiz de execução penal deve novamente avaliar individualmente cada caso, e percebendo a necessidade proibir o apenado de frequentar determinados locais inapropriados para a sua efetiva ressocialização.

Concluí-se que o livramento condicional é uma das etapas pelas quais o apenado perpassa se preencher os requisitos legais e concordar com as condições impostas no decorrer da execução penal. Desta forma um dos princípios basilares do mesmo é o da reinserção social do criminoso. Decorrendo disto essa série de requisitos e condições ao qual o infrator deve-se submeter, visando provar que o mesmo encontra-se em condições de conviver em liberdade.

No ordenamento jurídico brasileiro nenhuma pena é perpétua e deve ter certo limite temporal para ser cumprida. Dentro de um prazo razoável ao mal praticado pelo infrator, sendo esse limite da pena, o enunciado no artigo 75 do Código Penal Brasileiro:

Art. 75 - O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.

§ 1º - Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 30 (trinta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo.

Capez (2010, p. 541) “Esse limite só se refere ao tempo de cumprimento de pena, não podendo servir de base para o cálculo de outros benefícios, como livramento condicional e progressão de regime. Nesse sentido é o teor da Súmula 715 do STF”.

Do exposto pode-se concluir que o sistema punitivo adotado no ordenamento pátrio, é o progressivo, com as devidas adaptações necessárias a nosso modelo social, que visa sempre à recuperação do indivíduo infrator, ou seja, não persegue somente a punição do criminoso, mas busca um equilíbrio entre a punição e a oportunidade do delinquente se redimir do erro através do processo de ressocialização.

### 3.5 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Como já comentado nos capítulos anteriores, o sistema de execução penal brasileiro adota o modelo progressista, visando dar maior efetividade ao processo de execução da pena, perquirindo-se assim a tão buscada ressocialização do indivíduo

que infringe a norma legal. Nesse sentido tem-se Aurélio (STF, HC nº 82.959-7/SP, p. 05):

(...) tenho o regime de cumprimento da pena como algo que, no campo da execução, racionaliza-a, evitando a famigerada idéia do “mal pelo mal causado” e que sabidamente é contrária aos objetivos do próprio contrato social. A progressividade do regime está umbilicalmente ligada à própria pena, no que, acenando ao condenado com dias melhores, incentiva-o à correção de rumo e, portanto, a empreender um comportamento penitenciário voltado à ordem, ao mérito e a uma futura inserção no meio social.

Desta forma buscando a uma maior efetividade no modelo de execução penal, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 24, traz a seguinte redação: “Art. 24. **Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:** I - direito tributário, financeiro, **penitenciário**, econômico e urbanístico;” (Grifo Nosso, BRASIL, 1988).

Do exposto, pode-se compreender que a união, os estados e o distrito federal, possuem competência concorrente para organizar e manter seus respectivos sistemas penais, visando assim efetivar da melhor forma possível a execução penal.

### 3.5.1 Sistema Penitenciário Federal

O sistema Penitenciário Federal é composto de quatro penitenciárias Federais, situadas em: Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN). Com uma população de 364 pessoas privadas de liberdade: 52 presos sem condenação e 312 condenados em regime fechado. Todas seguindo projeto arquitetônico padronizado.

Possuem as seguintes características, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional-Depen/Ministério da Justiça-MJ:

(...) destinação a presos provisórios e condenados em regime fechado; capacidade para até 208 presos; segurança externa e guaritas de responsabilidade dos agentes penitenciários federais; segurança interna que preserve os direitos do preso, a ordem e a disciplina; acomodação do preso em cela individual; e existência de locais de trabalho, de atividades socioeducativas e de outras assistências previstas na LEP (BRASIL, 2014).

Conforme observado, as penitenciárias federais cuidam exclusivamente da execução Penal enquanto o regime de cumprimento da pena for o regime fechado, e que devido aos crimes exponham a sociedade ou o próprio apenado a perigo, sendo desta forma, estabelecimentos penais de segurança máxima, destinados a uma

pequena gama de criminosos, aceitos por meio de transferências ou originariamente, conforme explicitado pelo Depen/MJ:

Inclusões originárias são aquelas que não decorrem de remoção ou transferência de outro estabelecimento do sistema prisional. Já as transferências ocorrem com o recebimento de pessoas privadas de liberdade oriundas de outros estabelecimentos do próprio sistema prisional (BRASIL, 2015).

Tratando-se do perfil do preso que ingressa no sistema penitenciário federal, tem-se a Lei 11.671/2008, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências. Que em seu artigo 3º trata das condições e critérios para o preso provisório ou condenado serem aceitos por aqueles estabelecimentos, traz o texto seguinte redação: “Art. 3º Serão recolhidos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima aqueles cuja medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso, condenado ou provisório”.

Regulamentando a lei 11.671/2008, existe o decreto 6.877 de 2009, que descreve o perfil mínimo para o preso ser incluso no sistema federal, assim:

Art. 3º Para a inclusão ou transferência, o preso deverá possuir, ao menos, uma das seguintes características:  
I - ter desempenhado função de liderança ou participado de forma relevante em organização criminosa;  
II - ter praticado crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem;  
III - estar submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado - RDD;  
IV - ser membro de quadrilha ou bando, envolvido na prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça;  
V - ser réu colaborador ou delator premiado, desde que essa condição represente risco à sua integridade física no ambiente prisional de origem; ou  
VI - estar envolvido em incidentes de fuga, de violência ou de grave indisciplina no sistema prisional de origem.

Cumpra ainda salientar que devido aos princípios da excepcionalidade e temporariedade, o apenado é submetido a esse sistema durante determinado período de tempo, que é ao todo de um ano, podendo ser prorrogado desde que preenchidos os requisitos acima analisados.

### **3.5.2 Sistema Penitenciário dos Estados**

Segundo o Depen/MJ (2015, p. 23) o sistema penitenciário brasileiro é composto de 1424 unidades prisionais, sendo que destas 04 são unidades federais

já elencadas no tópico acima. Sendo desta forma de competência dos estados o total de 1.420 unidades prisionais, com 375.892 vagas no sistema prisional brasileiro.

Passando-se por uma análise do crescimento da população carcerária no país no período que engloba o ano 2000 até o ano de 2014, assim observa-se que no ano 2000 a população carcerária era de 232.840, chegando em 2014 a quantia de 607.731 mil presos, desta forma, houve um crescimento de aproximadamente 261.03% da população carcerária, segundo o Depen/MJ (2015, p. 15).

Em relação à taxa de ocupação das vagas do sistema prisional o Depen/MJ (2015, p. 11) divulgou em seu ultimo relatório que no país existe uma ocupação de 161% das unidades prisionais. Ou seja, para cada 10 vagas existentes, há 16 indivíduos presos, isto em nível geral, considerando-se o numero total de vagas existentes nas unidades prisionais. Podendo chegar a 04 indivíduos presos para 01 vaga existente, em algumas determinadas unidades. (DEPEN/MJ, 2015, p. 38)

Ainda segundo o Depen/MJ (2015, p. 12), a taxa de aprisionamento do país passou de 137.1 no ano 2000, para 299.7 no ano de 2014, o que significou um aumento de aproximadamente 119% na taxa de aprisionamento, significando dizer que para cada 100.000 habitantes, há um quantitativo de 300 pessoas presas.

Devido a sua grande extensão territorial e diferentes densidades demográficas, encontra-se nos diversos estados brasileiros uma realidade muito variada no sistema prisional, conforme o Depen/MJ (2015, p. 17), podendo variar de pequenas unidades com menos de 54 vagas até unidades prisionais com mais de 2.695 vagas. Citam-se como exemplos acima mencionados os estados do Tocantins e São Paulo respectivamente.

É possível observar uma diferença significativa no porte das unidades entre as regiões do Brasil. A região Sudeste apresenta a maior capacidade média das unidades prisionais (485 vagas), seguida da região Sul (317 vagas), da região Centro-Oeste (148 vagas), da região Norte (145 vagas), e, por fim, da região Nordeste (128 vagas). (BRASIL, 2015, p. 25)

Analisando os estabelecimentos penais, quanto a sua destinação originária o Depen/MJ (2015, p. 27) informou que dos 1420 existentes, 725 eram destinados a presos provisórios, o que corresponde a 51% do total de estabelecimentos, e que estes sendo destinados e presos provisórios. Sendo ainda 260 unidades para o regime fechado, ou seja, 18% do total, 95 unidades para o regime semi-aberto, o que equivale a 07% do total, 23 unidades, para cumprimento da pena em regime



aberto, correspondendo a 02% do total das unidades, 20 unidades destinadas ao cumprimento de medida de segurança, correspondendo a 02% do total, 125, destinada a diversos regimes de cumprimento de penas, correspondendo assim a 09% do total, 04 destinadas à realização de exames criminológicos e gerais, correspondendo a 0%, 01 Patronato, correspondendo a 0%, 91 unidades com outros tipos de regimes, correspondendo a 6%, e por fim 76 unidades sem informação declarada, correspondendo a 5% do total de unidades do país.

Importante salientar que em sua grande maioria as unidades prisionais, do país, mesmo que destinadas a um determinado regime acabam por demandarem os demais, exemplo disto são as cadeias públicas, que segundo a Lei de Execução Penal, que são destinadas ao recolhimento de presos provisórios, mas que na maioria dos casos acabam por se tornarem mini-presídios, devido à inexistência de penitenciárias, na comarca.

Confirmando o exposto tem-se:

Apesar de mais da metade das unidades constarem originalmente como destinadas ao recolhimento de presos provisórios, 84% delas também abrigam condenados. O número de estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena em regime fechado que abriga pessoas de outros regimes também é igualmente elevado (80%). Em menor medida, o mesmo acontece nos estabelecimentos destinados originariamente ao regime semi-aberto (45%) e aberto (65%). Oito em cada dez unidades custodiam pessoas de mais de um tipo de regime ou natureza da prisão. (BRASIL, 2015)

Já em relação ao tempo em que se encontra em uso, foram registrados os seguintes números, 265 unidades, foram inauguradas a até 05 anos, 226 estão em uso entre 05 e 09 anos, 249 estão em uso entre 10 e 19 anos, 90 estão em uso de 20 a 29 anos, 92 estão em uso de 30 a 39 anos, 62 estão em uso de 40 a 49 anos, 72 estão em uso a 50 anos ou mais, 200 não informaram o tempo de uso.

Cabe ainda salientar, que devido à urgência e estado deficitário do sistema carcerário nacional, foi instaurada, a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, e teve seu relatório final divulgado em agosto de 2015, constatando o aumento da população carcerária nacional.

Desta forma a CPI, traz o seguinte texto:

Fazendo uma análise da situação do Brasil em relação a outros países, o relatório elaborado pelo Ministério da Justiça informa que *“em números absolutos, o Brasil tem a quarta maior população prisional, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Cotejada a taxa de aprisionamento desses países, constata-se que, em termos relativos, a*

*população prisional brasileira também é a quarta maior: somente os Estados Unidos, a Rússia e a Tailândia têm um contingente prisional mais elevado” (BRASIL, 2015).*

Desta forma com o aumento evidente da população de presos no país, demonstrada através dos relatórios do Depen/MJ, através do relatório apresentado pela CPI, resta demonstrado quão necessário é uma resposta urgente visando solucionar a iminente crise do sistema carcerário do país.

### **3.5.3 Sistema Penitenciário de Rondônia**

Igualmente aos sistemas carcerários dos demais entes da Federação, Rondônia também atravessa por um período de expansão desenfreada da população carcerária, através desse tópico ressaltaremos algumas situações específicas no Estado.

O sistema penitenciário rondoniense, segundo dados do Depen/MJ (2015, p. 24) é composto de 50 unidades prisionais, como capacidade de aprisionar até 5.996 pessoas e se encontram distribuídas por todo o território do estado, estando as maiores, com maior população carcerária localizadas nos presídios da Capital do estado Porto-Velho, seguida de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno, Guajará-Mirim, e o centro de ressocialização localizado na zona rural do município de Vilhena.

O total de indivíduos em situação de cerceamento de liberdade no estado atinge segundo relatório apresentado pela Secretaria Estadual de Justiça de Rondônia – SEJUS/RO através do sistema Integrado de Informações Penitenciárias – INFOPEN ao Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça (2015, p. 18) o número de 07.631 presos, colocando o estado com a 17ª maior população carcerária do país, e como 5º estado que mais prende pessoas, com uma taxa de aprisionamento de 436.4, ou seja, prende 436 indivíduos para cada 100.000 (cem mil habitantes) cidadãos soltos. Desta forma observa-se que Rondônia é o segundo Estado da região norte que mais aprisiona.

Analisando-se o crescimento da população carcerária do estado, tendo-se como período de referência o ano de 2006 até o ano de 2014, sendo observado que em 2006 a população carcerária era de 04.079 pessoas. E em 2014 como já dito 07.631 presos. Significando um crescimento de 87% na quantidade de indivíduos presos. (Depen/MJ, 2015)

Passando-se a análise das unidades prisionais encontra-se a seguinte composição, segundo o (Depen/MJ, 2015) estabelecimento destinado a recolhimento de presos provisórios: Cadeia pública e centros de detenção provisória, sendo o total de 08 masculinas 02 femininas e 07 de natureza mista. Estabelecimentos destinados ao regime de cumprimento de pena Fechado: Penitenciárias, sendo o total de 07 masculinas e 01 de natureza mista. Estabelecimento destinado ao regime de cumprimento de pena Semi-Aberto: Colônia agrícola, industrial ou similar; Centro de Progressão Penitenciária; Unidade de Regime semi-aberto, Centro de Integração Social, sendo o total de 05 masculinas e 01 feminina. Estabelecimento destinado ao cumprimento de pena em regime aberto ou de limitação de fim de semana: Casa do Albergado, sendo 03 masculinas, 01 feminina e 01 mista. Estabelecimento destinado ao cumprimento de medida de segurança de internação ou tratamento ambulatorial, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP, sendo o total de 01 unidade masculina, visando este fim. Estabelecimento destinado a diversos tipos de regime, Centro de Ressocialização, sendo 02 unidades deste tipo. Estabelecimento destinado à realização de exames gerais e criminológicos, não há nenhuma unidade destinada a este fim. Patronato, Estabelecimento destinado a prestar assistência aos albergados e aos egressos, 01 unidade com esta finalidade. Existem ainda 07 unidades visando a outro fim, sendo 01 masculina, 01 feminina e 05 de natureza mista. Existindo ainda 02 unidades que não declararam a qual tipo de cumprimento de regime se direcionam.

### 3.6 PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL

Os principais princípios da execução da pena podem ser sintetizados nos seguintes: princípio da intranscendência da pena, princípio da legalidade, princípio da inderrogabilidade, princípio da proporcionalidade, princípio da individualização da pena e princípio da humanidade.

Desta forma passar-se-á a uma análise de cada um especificamente:

Princípio da Intranscendência da Pena: é um dos mais importantes princípios, pois especifica que a pena não pode passar da pessoa do condenado, ou seja, eventualmente as pessoas que conviviam com o condenado não poderão sofrer consequências de atos praticados por aquele. Dessa forma o define Avena (2014, p. 25): “Também conhecido como *princípio da personalidade ou da pessoalidade*, está

previsto no art. 5º, XLV, da Constituição Federal, de onde se depreende que a pena e a medida de segurança não podem passar da pessoa do autor da infração”.

**Princípio da Legalidade:** é o princípio que encontra base na constituição federal art. 5º, XXXIX, significando que nenhuma conduta pode ser considerada como crime se não for assim tipificado em lei anterior. A doutrina costuma dividi-lo ainda em reserva legal e anterioridade.

**Princípio da inderrogabilidade:** este princípio faz referência à obrigatoriedade de aplicação da pena caso seja cometido um delito, ou seja, o juiz não pode deixar de aplicá-la por vontade própria.

**Princípio da Proporcionalidade:** significa dizer que este princípio cuida da proporção entre o delito praticado e a pena a ele cominada, e ao regime de cumprimento imposto.

Assim segundo Avena (2014, p. 26): “a imposição de regime fechado a réus condenados a penas ínfimas, primários e de bons antecedentes, entra em rota de colisão com a Constituição Federal e com a evolução do Direito Penal. O princípio da proporcionalidade é, enfim, corolário da busca do justo”.

**Princípio da Individualização da Pena:** este princípio faz menção à relação pessoal de cada condenado com o crime que cometeu, ou seja, o grau de reprobabilidade da conduta do criminoso e o *iter criminis* por ele percorrido no executar da infração. Tem guarida lega no art. 5º, XLVI, da Constituição Federal. E sobre ele Avena diz o seguinte:

Tratando do princípio, ressaltou o STF que “o processo de individualização da pena é um caminhar no rumo da personalização da resposta punitiva do Estado, desenvolvendo-se em três momentos distintos e complementares: o legislativo, o judicial e o executivo. É dizer: a lei comum não tem a força de subtrair do juiz sentenciante o poder-dever de impor ao delinquente a sanção criminal que a ele, juiz, afigurar-se como expressão de um concreto balanceamento ou de uma empírica ponderação de circunstâncias objetivas com protagonizações subjetivas do fato-tipo

**Princípio da Humanidade:** devida a nossa ordem constitucional vigente, este princípio visa a garantir a dignidade da pessoa humana, e segundo Avena (2014, p. 26):

Na Constituição Federal, o princípio está previsto no art. 5º, XLVII, que veda o estabelecimento de penas de caráter perpétuo, de banimento, cruéis, de trabalhos forçados e de morte (salvo em caso de guerra declarada), bem como no inciso XLIX do mesmo dispositivo, que estabelece a obrigatoriedade de respeito à integridade física e moral do condenado. O princípio da humanidade determina, enfim, a prevalência dos direitos humanos, razão pela qual se proíbem penas insensíveis e dolorosas.

Princípio da Jurisdicionalidade: um dos princípios derradeiros a ser exposto se refere à jurisdição do juízo, que esta não se esgota com a sentença, e o começo da execução da pena ainda encontra amparo na jurisdição do juízo.

Permanecendo desta forma o direito do condenado a ampla defesa e o contraditório, o duplo grau de jurisdição, o devido processo legal a imparcialidade do juiz, uso de prova licitas e legítimas, a publicidade, entre outros. Desta forma leciona Avena (2014, p. 28):

(...) não há como negar que o juiz da execução é chamado a exercer, em sua plenitude e em sua pureza, a função jurisdicional; e nem assim poderia deixar de ser porquanto a sentença condenatória penal contém implícita a cláusula *rebus sic stantibus*, como sentença determinativa que é: o juiz fica, assim, autorizado, pela natureza mesma da sentença, a agir por equidade, operando a modificação objetiva da sentença sempre que haja mutação nas circunstâncias fáticas. Cumpre lembrar que a sentença determinativa transita em julgado, sendo, porém passível de um processo de integração em obediência à cláusula que contém: é, pois, suscetível de revisão, no processo de execução, nos casos expressamente autorizados por lei.

Ante ao exposto pode-se perceber que no ordenamento jurídico pátrio determinou-se por permear o ordenamento por uma série de princípios, visando de esta forma suprir com eles eventuais lacunas da lei, ou solucionar eventual conflito da melhor forma possível através de seu uso.

#### 4 O AGENTE PENITENCIÁRIO

Para dar efetividade ao exposto na parte final do artigo 1º da Lei de Execução Penal, 7.210/1984, que traz a seguinte redação: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal **e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado**. (Grifo nosso)”, o Estado enquanto responsável por essa tarefa, contrata servidores específicos para desempenhar essa árdua tarefa, e estes servidores são os Agentes Penitenciários.

Embora com esta atual nomenclatura possa parecer uma profissão dos tempos modernos, se engana quem adentra por essas veredas, pois, é uma das profissões mais antigas da humanidade, surgindo com a própria pena. No livro Bíblico de Gênesis, capítulo 39, versículos 01 ao 23, já se encontra a presença do carcereiro, como chefe da guarda de custódia do Egito.

Podendo se abstrair disto que naquele tempo, já existia o instituto da prisão, o preso e o carcereiro. Ou seja, mesmo havendo divergência quanto à finalidade da prisão daqueles tempos e a prisão moderna, uma das finalidades dos agentes penitenciários continua a mesma, manter o indivíduo sobre custódia, e atender-lhe alguma eventual necessidade.

Embora dependendo da unidade da Federação as atribuições deste servidor possam variar e tendo como importantes influenciadores destas atribuições, fatores sociais, políticos, econômicos e legais, vez que a Constituição Federal atribuiu competência concorrente ao Distrito Federal, Estados, e a União, sobre a legislação de direito Penitenciário.

Rocha (2003, p. 15) define essa variedade de atribuições que o servidor tem como as seguintes: “De segurança ou guardador de preso, por meios preventivos ou coercitivos, até ser considerado como principal responsável para a reinserção ou reintegração social do preso à sociedade...”.

Desta forma, pode-se perceber que essa profissão tem grande complexidade e importância à sociedade em geral, pois influi diretamente no processo de reinserção social do preso, e por isto, vê-se a necessidade de estudar mais sobre este tema, buscando-se com isso, trazer mais clareza sobre essa seara tão antiga, mas ainda tão desconhecida pela sociedade.

Importante salientar que é este servidor que dá efetivo cumprimento a parte administrativa da execução penal, pois segundo Mirabete (2004) vez que esta possui caráter híbrida, por ser de responsabilidade de mais de um poder esta árdua tarefa da execução penal.

Ainda segundo Rocha (2003, p. 15): “Dentre tantas tarefas de responsabilidade do agente, podemos classificá-la em três tipos principais: Atividades práticas ou rotineiras, atividades de vigilância ou investigação e atividades humanas ou sociais.”

Desta forma, tendo por referência a classificação acima descrita passar-se-á a analisar as atividades dos agentes Penitenciários em Rondônia, no que se buscará averiguar suas atribuições perante a Lei de Execução Penal 7.210/83 e na Legislação estadual, Lei complementar 728/13 que regulamenta a profissão no estado.

#### 4.1 ATIVIDADES PRÁTICAS OU ROTINEIRAS

Estas atividades são desenvolvidas, no dia a dia do Agente no decorrer do plantão na unidade prisional no qual o mesmo labore. São basicamente escoltas internas e externas dos apenados, nas quais o preso é retirado de sua cela, para receber algum atendimento, que necessite, estando todas devidamente regulamentadas na portaria nº 520/GAB/SEJUS/2014.

Consiste na maioria dos casos das unidades estaduais, em retirar o apenado para audiência com o diretor da unidade, podendo esta ser requerida mediante requerimento pelo apenado, ou ser solicitado pela direção da unidade para sanar eventual dúvida sobre algum comportamento ocorrido no interior da cela, buscando com isso manter o bom andamento na unidade.

Ocorrem também atendimentos por parte do serviço social da unidade, que tem como fim na maioria dos casos, providenciarem documentação aos apenados, providenciar juntos às repartições públicas, que sejam garantidos os direitos sociais dos apenados, tais como benefícios referentes ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, além de promover outras ações a ele atribuídas, todas elas elencadas na LEP.

Na maior parte das unidades prisionais ocorrem também atendimentos médicos, no qual é celebrado um convênio entre Estado e Município, quando

inexiste médico concursado especificamente para a unidade prisional. Há nas unidades equipe técnica de enfermagem, composta em sua maioria de técnicos, em enfermeiros padrão, e algumas unidades contam com médicos concursados e outras com os conveniados como já explicitado anteriormente.

Ocorrem também atendimentos psicológicos, aos apenados, há oferecimento de cursos de capacitação técnica e de ensino, tanto em nível de alfabetização quanto de conclusão do Ensino fundamental como o médio.

Ocorrem atendimentos jurídicos aos apenados por meio da Defensoria Pública ou através de advogados contratados pelos próprios apenados ou familiares deste.

A maneira como é feita a retirada do apenado da cela ocorre normalmente da seguinte forma, o Agente penitenciário chama o apenado nominalmente, e comunica-lhe que o mesmo vai ser retirado da cela, para tratar de determinado assunto, que lhe é informado, após isso o agente aguarda o mesmo se vista de maneira adequada, para assim, poder retirá-lo da cela, de onde é colocado na área de segurança, feito isso, o apenado é algemado e faz-se uma revista superficial no mesmo, buscando-se manter a segurança e integridade de todos os envolvidos naquele ato. Normalmente tal procedimento é sempre realizado com no mínimo 02 agente penitenciários, visando maior segurança. Este procedimento acima descrito se repete rotineiramente durante o expediente do plantão.

Em relação ao bom andamento da unidade e verificação da segurança da unidade, ao assumir o plantão a equipe plantonista que assumirá faz todas as conferências necessárias para assegurar a segurança de todos os envolvidos naquela rotina. Confere-se os tipos e quantidade de munições existentes na unidade, a quantidade de armas e tipos, a quantidade de algemas e chaves destas, de rádios transmissores – HTs, de chaves das unidades, as viaturas e suas condições de uso, os coletes balísticos, e averiguar a condição física da unidade, se não há buracos, grades serradas, cadeados danificados.

E por fim, mas não menos importante, faz-se a conferência nominal de todos os apenados, de formar a verificar se todos estão efetivamente na unidade, ou ocorreu eventualmente alguma fuga, e se tem algum requerimento a fazer.

Nesse período de tempo normalmente ocorrem as solicitações de trocas de celas por parte dos apenados, que o requerem verbalmente a Agente conferencista



ou a quem estiver na base, este seguindo a portaria nº 520/GAB/SEJUS/2014, comunica o fato ao seu superior imediato, e então sendo autorizado realiza a troca.

Para o bom andamento e visando manter a higiene dentro das carceragens, são selecionados alguns apenados para realizar a tarefa de limpeza interna. De modo que existe lista pré-estabelecida pela direção da unidade prisional com os nomes dos apenados que realizarão tal tarefa. Desta forma em caso de dúvida o servidor poderá conferir o nome do apenado na lista.

É de responsabilidade de o agente, inspecionar e fiscalizar o fluxo de pessoas que entram e saem da unidade, independentemente de serem servidores, visitantes, ou apenados, busca-se assim evitar fragilidade desnecessária.

Nesse sentido Rocha (2003, p. 17):

Nas portarias, o agente tem por obrigação anotar qualquer entrada ou saída de pessoas, seja presos, visitantes ou funcionários, tomando sempre o cuidado de nada passar despercebido, pois é o local de acesso ao interior da prisão como é local de saída da prisão.

Cabe salientar que a revista dos visitantes, é feitas através de revista superficiais e uso de equipamentos eletrônicos como banquetas, e detectores de metal, em atendimento do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou a Resolução nº 05/2014, e traz a seguinte redação:

**Art. 1º.** A revista pessoal é a inspeção que se efetua, com fins de segurança, em todas as pessoas que pretendem ingressar em locais de privação de liberdade e que venham a ter contato direto ou indireto com pessoas privadas de liberdade ou com o interior do estabelecimento, devendo preservar a integridade física, psicológica e moral da pessoa revistada.

Parágrafo único. A revista pessoal deverá ocorrer mediante uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio-x, scanner corporal, dentre outras tecnologias e equipamentos de segurança capazes de identificar armas, explosivos, drogas ou outros objetos ilícitos, ou, excepcionalmente, de forma manual.

**Art. 2º.** São vedadas quaisquer formas de revista vexatória, desumana ou degradante.

Parágrafo único. Consideram-se, dentre outras, formas de revista vexatória, desumana ou degradante:

I – desnudamento parcial ou total;

II – qualquer conduta que implique a introdução de objetos nas cavidades corporais da pessoa revistada;

III – uso de cães ou animais farejadores, ainda que treinados para esse fim;

IV – agachamento ou saltos.

Visando-se de esta forma garantir que a pena não passe da pessoa do condenado ao seu visitante, ou seja, que o visitante não sofra ainda mais as consequências de ter um ente seu preso.

No tocante ao relacionamento com os apenados, deve o agente agir de maneira imparcial e ética, ou seja, não favorecendo determinados presos em razão de outros, e tampouco mentir, fazer promessas vagas, sem nenhuma intenção de atender a solicitação, pois agindo desta forma estará despertando no apenado a esperança de ter determinado pedido atendido e este não sendo atendido, gera sentimento de insatisfação e revolta, não gerando nenhum benefício desta forma a ressocialização do mesmo. Desta forma a melhor saída nestes casos é negar o pedido ou determinar que aguarde até averiguar com o chefe imediato a possibilidade de ter-se a solicitação atendida.

Desta forma explica sobre o assunto Rocha (2003, p. 18):

O agente está como um elo, ou seja, ele faz os encaminhamentos necessários para tais atendimentos. Se estes atendimentos não são feitos, não deve ser por omissão do agente. Também não deve prometer algo que não pode ou não irá fazer, ao preso. Na prisão, chamamos de “jogar areia”, em outras palavras enrolar, mentir ao preso. É melhor lhe dizer não, do que ficar enrolando-o.

Como mencionado, por ser a ponte de ligação entre os apenados e a direção, a equipe técnica da área da saúde, da educação, o Agente Penitenciário é aquele que mais está em convívio com os presos, tendo que desta forma manter sempre uma conduta centrada na finalidade de sua função, ou seja, focar-se na busca geral, a ressocialização do indivíduo em situação de cerceamento de liberdade.

#### 4.2 ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA OU INVESTIGAÇÃO

No decorrer do desempenho das atividades de agente penitenciário o servidor acaba por aprimorar as qualificações técnicas assimiladas no curso de formação básico, que será mais posteriormente explicado, ficando desta forma mais ágil e objetivo, na detecção de eventuais anormalidades no bom funcionamento da unidade.

Durante o expediente do plantão o servidor deve ficar atento a movimentações suspeitas, como por exemplo agrupamento de apenados em locais ermos, conforme Rocha (2003, p. 19) explica:

O agente adquirirá, com o tempo de experiência, a capacidade de perceber alguma anormalidade ou mudança de rotina entre os presos, aprenderá a “ler o pátio”, verificar a movimentação entre os internos, as facções, etc, e entender determinadas situações peculiares. Ao olhar para o preso, poderá

identificar através de seu rosto ou comportamento, algo prestes a acontecer, como tentativa de rebelião, fugas, homicídio, etc.

Caso note alguma alteração efetivamente capaz de prejudicar o bom andamento da unidade deverá comunicar aos demais plantonistas, para que possam de maneira conjunta elaborar plano de intervenção adequado àquela situação, visando assim evitar motins, ou eventuais rebeliões.

#### 4.3 ATIVIDADES HUMANAS OU SOCIAIS

Segundo Rocha (2003, p. 19): “Deve o agente atentar para o fato de que sua função precípua é o tratamento penal. Para que haja realmente o tratamento penal, o qual visa à reeducação e reinserção do preso à sociedade, deve além de outros quesitos, (...) ser o mais humano possível”.

Pois pelo fato de em alguns casos necessitarem usar da coerção física contra o reeducando, esta segundo rocha (2003, p. 19) “deve ser da forma mais esporádica possível”, pois deve ser exceção e não situação. Dentro do processo de ressocialização dos presos deve estar também a conscientização de que este se encontra naquela situação por um fato que cometeu, e este trouxe como consequência a sua prisão, desta forma a negativa da algumas solicitações também fazem parte do processo de ressocialização, fazendo o apenado perceber, que nem tudo que o mesmo quer está ao seu alcance.

Desta forma no anexo III da referida Lei traz as seguintes atribuições ao cargo de Agente penitenciário:

##### AGENTE PENITENCIÁRIO (ÁREA: OPERACIONAL)

Forma de Recrutamento: Concurso Público de Provas Objetivas.

Requisitos para provimento do cargo: Certificado de conclusão do Ensino Médio e Certificação de Curso de Formação Específica, devidamente registrado no órgão competente.

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

Idade: mínima de 18 (dezoito) anos.

Lotação: Privativa na Secretária de Estado de Justiça – SEJUS.

Síntese das Atribuições do Cargo: **Atividade de grande complexidade**, de nível médio, **envolvendo serviços de vigilância, custódia, guarda de presos, atendimento, assistência a presos, operacionalizando sua avaliação e o comportamento dos processos de reeducação, reintegração social**, bem como planejamento, coordenação, execução, estudos, pesquisas e normalização de atividades inerentes à área penitenciária e, ainda assessoramento a autoridades e aos órgãos integrantes do Sistema Penitenciário do Estado; **Cuidar da disciplina e segurança dos presos; Fazer rondas periódicas; Fiscalizar o trabalho e o comportamento da população carcerária**, observando os regulamentos e normas próprias; **Providenciar assistência aos presos; Informar aos**

**chefes competentes sobre as ocorrências surgidas no seu período de trabalho;** Verificar as condições físicas dos estabelecimentos penais; Verificar as condições de limpeza e higiene das celas e instalações sanitárias e uso dos presos, informando as irregularidades constatadas;. Conduzir viaturas de transportes de presos; Operar sistemas de comunicação na área da SEJUS; Assistir e orientar, quando solicitado, o estágio dos alunos da Escola de Formação da SEJUS; **Registrar ocorrências em livro próprio;** Orientar e coordenar trabalhos a serem desenvolvidos na sua área por auxiliares de Serviços Penitenciários; Informar às Autoridades Administrativas, Policiais e Judiciárias sobre evasão de presos sob seus cuidados, ou do lugar onde se encontrar o evadido, quando tiver conhecimento, ou caso venha a se deparar com ele; **Fiscalizar a entrada e saída de veículos nos estabelecimentos penais, incluindo a execução de revistas corporais;** Efetuar a conferência periódica da população carcerária; Realizar a identificação e a qualificação de presos; Facilitar o trabalho do Técnico Penitenciário dentro dos diversos regimes, quanto ao agrupamento dos apenados para reuniões de tratamento penal. Executar outras atividades compatíveis com a função do cargo. (RONDÔNIA, 2015) [Grifos nosso]

Em suma visando a confirmar o exposto, tem-se a Lei estadual 727/13, que trata do Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações - PCCR dos servidores integrantes do quadro efetivo da Secretaria de Justiça – SEJUS, focando-se especificamente nas atribuições do cargo de Agente Penitenciário no estado de Rondônia.

#### 4.4 DIFICULDADES NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Durante o período em que o indivíduo encontra-se encarcerado, o mesmo sofre uma série de influencias, ao mesmo tempo em que também influencia os demais envolvidos no processo de ressocialização. Desta forma como principais fatores que influenciam negativamente nesse processo, pode-se citar a superlotação carcerária, o baixo efetivo profissional, o próprio ambiente do cárcere com o fenômeno da prisionalização, e o próprio preconceito da sociedade com o egresso.

Partindo para a análise do primeiro item, tem-se, que o hoje o Brasil é um dos países que mais aprisionam no mundo, conforme dados do relatório Depen (2014, p. 14) o país teve uma taxa de crescimento de aprisionamento entre 1995 e 2010 de 136%. O que coloca o País como a segunda maior variação na taxa de aprisionamento no mundo. Em relação ao aumento da população carcerária no período de 1990 a 2014, houve um aumento de 575%, na quantidade de pessoas presas, ou seja, saltando de 90.000 para 607.700 presos.

Pode-se assim perceber claramente esse aumento na quantidade de pessoas presas, porém o crescimento das vagas existente no sistema penitenciário não

acompanhou da forma necessária este aumento exacerbado de presos, o que acarretou numa sobrecarga populacional nas unidades prisionais do país, ou seja, uma taxa de ocupação maior que a capacidade da maioria das unidades, segundo dados do Depen (2014, p. 13): “esta taxa é de 161%, desta forma a cada 16 presos existem somente 10 vagas”.

Aliada a superlotação das unidades prisionais vem o problema de déficit no quadro de pessoal penitenciário, especificamente no estado de Rondônia, o qual conta com uma população penitenciária de aproximadamente 07.631 presos e segundo o Depen (2014) conta com um total de 1619 agentes penitenciários efetivos, sendo que 1313 são homens e 306 são mulheres, o que a *priori* parece corresponder ao que exige o Conselho Nacional De Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que em seu artigo 1º determina o seguinte:

Artigo 1º - Determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que, na análise dos projetos apresentados pelos Estados para construção de estabelecimentos penais destinados a presos provisórios e em regime fechado, exija a proporção mínima de 5 (cinco) presos por agente penitenciário.

Porém como necessidade da continua prestação do serviço público, adota-se como regime de cumprimento da carga horária dos servidores a escala de plantão, conforme, regulamentado pela portaria nº 1.254/GAB/SEJUS, sendo o total de 05 equipes plantonistas que laboram em escala de 12 horas de trabalho por 24 de folga com mais 12 horas de trabalho e mais 72 horas de folga, e duas equipes que laboram em escala de 11 horas de dia por 37 horas de folga, logo, observando grosso modo, percebe-se que o efetivo que trabalha com essa população carcerária diariamente é de 324 agentes penitenciários, o que resulta no total de 24 apenados por cada servidor, isto em números absolutos não considerando a realidade de cada unidade, e desta forma ultrapassando em muito o estipulado pelo CNPCP, dificultando assim o atendimento a população carcerária e influenciando negativamente no processo de reinserção do preso.

Além dos dois tópicos acima elencados, tem-se o problema da prisionização, que significa que, o indivíduo ao adentrar no ambiente do cárcere sofre toda influencia deste, em seu próprio corpo, ou seja, ele é despejado pelo estado em um ambiente totalmente diferente, onde imperam regras de convívio próprias e assim deve-se adaptar a elas para poder sobreviver, as principais mudanças percebidas

em quem já foi preso são a mudança no modo de falar, tatuagens corporais geralmente grosseiramente feitas, normalmente engorda, modifica o seu temperamento entre outras.

GARCIA-TORO (1982, p.) em seu estudo afirma que a vida dentro de um estabelecimento carcerário acarreta no preso efeitos que estão ligados a um dos maiores problemas da instituição, uma vez que esses presos para poderem subsistir em acordo com essas circunstâncias típicas da vida social terão de se acomodar aos diversos tipos de relacionamento e convívio, que são peculiares às instituições fechadas. A prisionização, ao final, pode ser entendida como um fenômeno que fornece meios de acomodação para a subsistência prisional, mas também tem suas características pelos efeitos irreversíveis que causa à personalidade do indivíduo.

Ainda sobre a influência da “sociedade prisional” sobre o indivíduo preso, Thompson (2002, p. 52) assevera que: “o sistema social de um estabelecimento de segurança média ou máxima funciona, basicamente, de acordo com os critérios fornecidos pelos próprios condenados.”

Desta forma percebe-se que ao adentrar na prisão o indivíduo se verá em um ambiente dentro de um ambiente, ou seja, uma sociedade encarcerada, com suas próprias regras de convívio, analogicamente pode-se dizer, com seu próprio ordenamento jurídico paralelo, para o convívio entre eles os presos.

De certa forma a própria sociedade influi para a reincidência, pois muitas vezes ao egresso é negada a oportunidade de laborar honestamente, encontra dificuldade em encontrar um trabalho, quando não tem o apoio adequado dos familiares e do próprio estado, muitas vezes volta novamente a escolher o caminho do crime, pois assim terá assegurada a sua subsistência.

#### 4.5 CONDIÇÕES DE RESSOCIALIZAÇÃO NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Para poder-se atingir ao fim proposto na Lei de Execução Penal, deve o estado promover determinadas condições ao apenado para que este possa efetivamente ser reinserido no convívio social em condições de manter sua subsistência, e assim não delinquir novamente.

E segundo grande maioria da corrente doutrinaria os meios necessários para se atingir os fins almejados da pena são os seguintes: Assistência, Educação,

Trabalho. Visto isto a própria Lei de Execução Penal incentiva tais atos como se vê no artigo 28 “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.”

Em seu artigo 31 a LEP traz a seguinte redação “O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.”.

Esse trabalho no dizeres de Marcão (2015, p. 60):

Respeitadas as aptidões, a idade, a habilitação, a condição pessoal (doentes ou portadores de necessidades especiais), a capacidade e as necessidades futuras, todo *condenado definitivo esta abrigado ao trabalho*, o que não se confunde com *pena de trabalho forçado*, e, de consequência, não contraria a norma constitucional estabelecida no art. 52, XLVII, c.

Dessa forma pode-se perceber que o referido artigo encontra-se em consonância com o diploma Constitucional, vez que, em leituras superficiais possa parecer inconstitucional.

A LEP regulamentou ainda outro tema importante e que anteriormente deixava o recluso em condição ainda maior de desigualdade com os demais cidadãos, que era a falta de regulamentação de seu trabalho, o que foi feito no artigo 33 “A jornada normal de trabalho não será inferior a 06 (seis) nem superior a 08 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados” e em relação à obrigatoriedade da remuneração no artigo 29 “O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo”.

Ficando claro desta forma que se busca a ressocialização através da qualificação ao trabalho e que este deve ser remunerado, para que possa auxiliar o preso a honrar com seus compromissos sociais, conforme elencado nas *alíneas, a, b, c, d*, do § 1º, do artigo 29 da LEP, ou seja, à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios, à assistência à família, a pequenas despesas pessoais, o ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

Em relação à educação especificamente a LEP em seu artigo 17 traz a seguinte redação: “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”.

E nesse sentido leciona Marcão (2015, p. 54):

A assistência educacional tem por escopo proporcionar ao executado melhores condições de readaptação social, preparando-o para o retorno a vida em liberdade de maneira mais ajustada, conhecendo ou aprimorando certos valores de interesse comum. E inegável, ainda, sua influência positiva na manutenção da disciplina do estabelecimento prisional.

Reforçando essa idéia novamente usam-se os ensinamentos de Marcão (2015, p. 54), que se refere ao art. 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, dizendo que esta estabelece que:

Todo homem tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

Em relação à assistência tem-se na LEP em seu artigo 10 que esta será ao preso e ao internado e é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Sendo estendida ao egresso.

Sendo ela material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Neste diapasão tem-se o Estado obrigado a manter condições mínimas ao recluso para que possa ser punido humanamente, e também alcance a ressocialização do preso. Sendo os mesmos detalhados na LEP a partir do artigo 12 até o artigo 27.

Como se pode perceber segundo a legislação vigente, aos reclusos é garantido todos os direitos não retirados pela sentença penal condenatória. Manejando desta toda máquina do estado no sentido de proporcionar condições para uma efetiva ressocialização, buscando-se assim evitar a reincidência e aumento das taxas de violência e aprisionamento.



## CONCLUSÃO

Ante a todo exposto pode-se verificar no decorrer do presente trabalho que as penas surgiram com o próprio desenvolvimento das sociedades humanas e que estas foram se adequando a estas necessidades.

Durante um longo período imperaram as vinganças punitivas, divididas em privadas, divinas e públicas, após esta etapa e por critérios humanísticos, que surgiram no período iluminista, no qual o Marquês de Beccaria foi um dos símbolos, houve um rompimento com esta fase das vinganças.

Neste período passou-se a entender o direito punitivo como algo, que não deveria atingir diretamente o corpo e a família dos acusados, passando assim a se modernizá-las e dando conceito diverso, ao anterior.

Assim surgem as correntes teórica absoluta ou da retribuição, que entende a pena como uma retribuição justa contra um mau injusto praticado pelo infrator, as relativa ou preventiva que podem subdividir-se em teoria preventiva especial e teoria preventiva geral e por fim a mista, Essa corrente tenta recolher os aspectos mais destacados das teorias absolutas e relativas. Sendo esta acolhida em nosso Código Penal.

Analizada o histórico penal mundial necessita-se voltar-se ao aspecto nacional para uma completa compreensão do nosso sistema penal e penitenciário, fez-se então uma análise histórica – Jurídica da evolução do direito punitivo pátrio desde a pré-colonização até a moderna Lei 7210/84 - Lei de Execução Penal.

Salutar ainda é pontuar a respeito de que com o advento da derradeira ordem Constitucional nacional, houve significativa limitação ao poder punitivo do Estado, vez que esta aboliu uma grande gama de penas, e delimitou o alcance de outras mantidas.

Disto, faz-se necessário ainda antes de um aprofundamento na execução penal pátrio, uma compreensão de quais os modelos prisionais existentes no mundo e qual o adotado no Brasil, disto aborda-se os modelos Pensilvânico, Auburniano e o Progressista, sendo este o adotado na Execução Penal brasileira.

Desta forma conforme já abordado anteriormente além de uma limitação ao poder punitivo do Estado, criaram-se princípios que regem a execução Penal, algum

de cunho propriamente Constitucional, outros advindos da legislação infraconstitucional, como o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

Feita toda a análise do contexto sócio – jurídico, passa-se então a analisar o contexto penitenciário nacional, a competência de cada ente da Federação, e a atual situação dos respectivos sistemas prisionais.

Assim passa-se agora a um dos principais atores do processo de ressocialização, no “mundo do Cárcere”, o Agente Penitenciário, Carcereiro, guarda prisional, sendo estas algumas das nomenclaturas usadas para se referir ao servidor público que ocupa este cargo.

Diz-se um dos, pois este meio envolve vários outros indivíduos, entre eles, a Direção da unidade, o Assistente Social, a equipe de enfermagem, a equipe educacional e assim por diante, logicamente não se pode esquecer-se do reeducando, sobre o qual recai a atenção de todos os envolvidos no processo de reinserção social.

Afirma-se que o Agente Penitenciário é um dos principais atores neste processo pelo fato dele estar em contado direto com o reeducando e os demais dependerem de sua intervenção para poderem exercer suas atividades.

Neste diapasão separa-se a atuação deste profissional em três áreas de atuação, uma de atividades práticas ou rotineiras, outra de vigilância ou investigação e por fim, mas não menos importante a atividade humana ou social.

Assim pode-se avaliar quais as dificuldades no processo de ressocialização do reeducando e quais as condições existentes na Lei de Execução Penal para galgar êxito neste processo.

Dito isto, percebe-se a importância jurídica e social do presente trabalho, vez que lança luzes sobre um universo pouco analisado que é o do interior do Cárcere, ou seja, como ocorre o processo de reinserção social do infrator de normas cogentes, e a atuação do Agente Penitenciário nesse processo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

ANDREUCCI, Ricardo Antunes. et alii. **Penas e medidas de segurança no novo Código**. Rio de Janeiro, Forense, 1985.

AVENA, Norberto Cláudio Pâncaro. **Execução penal**: esquematizado. 1ª ed. São Paulo: Forense, 2014.

BARATA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica ao Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan. 2002.

BARROS, Carmen Silvia de Moraes. **Direito dos Presos**. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Direitos%20do%20preso>, acessado em 08 de janeiro de 2016.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **MANUAL DE DIREITO PENAL**: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL, **Código Criminal de 1830**, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm). Acessado em 11 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Código Penal de 1890**, disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acessado em: 11 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Código Penal**, Decreto Lei 2.848/1940, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm), acessado em 08 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1824**, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acessado em: 11 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1891**, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acessado em: 11 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 7.210/1984**, Institui a Lei de Execução Penal, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm), acessado em 08 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: **Relatório Anual dos Sistemas Penitenciários 2015**, Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisonal/anexos-sistema-prisonal/ro-dez-2006.pdf>, acessado em 01 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – INFOPEN – Rondônia 2014, Disponível em: <http://dados.gov.br/ro/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>, acessado em: 26 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão HC nº 82.959-7/SP**. Relator: AURELIO, Marco. Publicado no DJ de 01/09/2006, p. 520. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79206>. Acessado em: 12 de janeiro de 2016.

CINTRA, Carlos de Araújo Cintra; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

CORREIA, Ademildo Passos. **Uma análise dos fatores de risco da profissão do Agente Penitenciário**: Contribuições para uma política de segurança e saúde na gestão Penitenciária. 2006. 65f. Monografia (Especialização – Gestão Penitenciária: Problemas e desafios) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.depen.gov.br>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

COSTA JR, Paulo José Da. **Comentários ao Código Penal**, São Paulo, Saraiva, 1986, v. 1.

ESTEFAM, André. **Direito Penal**: Parte Geral, São Paulo: Saraiva, 2010. V. 1.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** - história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1975

GARCIA-TORO, Victor Ivan. **O estudo da reincidente**. Faculdade de Ciências Sociais, Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP: 1982.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. – 17ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. V. 1.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal: Parte Geral**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995. V. 1.

LAGE, Cícero Carvalho. **Ciência criminal e penitenciária**. São Paulo: Leia, 1965.

MASSON, Cleber Rogério. **Direito Penal Esquematizado: Parte Geral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabrine: **Manual De Direito Penal: Parte Geral**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NORONHA, Magalhães. **Direito Penal: Introdução e Parte Geral**. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995

P I M E N T E L, Manoel Pedro. **O crime e a pena na atualidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1983.

PIERANGELI, Jose Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 5ª ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PRADO, Luiz Régis. e BITENCOURT, Cezar Roberto. **Elementos de Direito Penal: Parte Geral**. São Paulo: RT, 1995. V. 1.

ROCHA, Edinilson Rodrigues Da. **A motivação do agente penitenciário para o trabalho**. 2003. Monografia (Pós-Graduação) - Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: [http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia\\_edinilson.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_edinilson.pdf). Acessado em: 02 de fevereiro de 2016

ROMERO, Silvio. **Tratado de Direito Penal**. Campinas: bookseller, 1997. V. 1

RONDÔNIA, **Lei Complementar 728/2013**, Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS, disponível em: [http://sapl.al.ro.leg.br/generico/norma\\_juridica\\_pesquisar\\_form?incluir=0](http://sapl.al.ro.leg.br/generico/norma_juridica_pesquisar_form?incluir=0), acessado em: 16 de janeiro de 2016.

## OBRAS CONSULTADAS

CALDERONI, Vivian. **O agente penitenciário aos olhos do judiciário paulista**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-13022014-161922/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

DOTTI, René Ariel. Curso de direito penal: Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NEDEL, ANA PAULA. **O Agente Penitenciário Na Dinâmica Da Inclusão/Exclusão Carcerária**. 2008. Monografia (Mestrado em política Social) – Pontifícia Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: [pos.ucpel.tche.br/dissertacoes-ppgps/?action=download&file](http://pos.ucpel.tche.br/dissertacoes-ppgps/?action=download&file). Acessado em 08 de Fevereiro de 2016.